

REVISTA

GUT^{IGE}

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Produção da CUT/MG em
conjunto com os Movimentos
Sociais, Sindicais e Parlamentares
Ano I - Edição 01- janeiro/23

RAIOX DO GOVERNO ZEMA

OS NÚMEROS
FALAM A
VERDADE!



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO INDIFFERENTE.
ESTADO INEFICIENTE.



REVISTA DA CUT/MG - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - FEVEREIRO/23

PARTICIPAM DESSA EDIÇÃO:

COLETIVO DA COMUNICAÇÃO DO MAB/MG - Movimento dos Atingidos por Barragens

SINDIMET - Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem

SIND-SAÚDE/MG - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Minas Gerais

SINDIELETRO/MG - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais

SIND-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais

SENGE/MG - Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais

SINDÁGUA/MG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais

BEATRIZ CERQUEIRA

Professora, deputada estadual pelo PT. Foi uma das proponentes da CPI e atuou como Subrelatora

LINDOLFO FERNANDES DE CASTRO

Ex-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual (Sindifisco-MG)

100 negócios ruins

- | | |
|-----------|---|
| 06 | Os números falam por si só!
ZEMA governa para os ricos, contra a classe trabalhadora e o povo mineiro |
| 16 | Regime de Recuperação Fiscal ou desmonte do estado?
Essa dívida já foi paga. Auditoria Já! |
| 17 | Defesa do patrimônio público para prestar serviços essenciais
A Copasa foi dilapidada em quatro anos de ZEMA para ser entregue à exploração privada |
| 20 | ZEMA e FIEMG:
juntos para retirar direitos das/os metalúrgicas/os de Minas |
| 21 | Esse Trem é Nossa!
A luta do Sindieletrô contra o projeto privatista de ZEMA e a tragédia da gestão privada na CEMIG |
| 22 | CPI impediu a privatização da CEMIG |
| 25 | Cresce a evasão escolar no governo ZEMA:
são quase 600 mil estudantes fora da escola |
| 31 | Desmonte da saúde de Minas Gerais pelo governo |
| 34 | Boiada de ZEMA
destrói por onde passa |
| 38 | Privatização setor elétrico - CEMIG
Na gestão ZEMA aumenta insatisfação do consumidor |

GOVERNO IN(DIFERENTE) ESTADO IN(EFICIENTE)

Nesta publicação, nós, representantes dos movimentos sindicais, sociais e parlamentares, nos propomos a fazer um acerto de contas público com a administração de Romeu Zema, um Raio X deste des(governo). Pretendemos demonstrar que, no seu primeiro mandato, no nosso entendimento, o slogan mais condizente com a radiografia que os números nos mostram deve ser “Governo In(diferente), Estado In(eficiente).

Essa revista também traz para o debate uma projeção do que o povo mineiro pode esperar para o próximo quadriênio (2023/2027). É esperada, novamente, a tentativa de consolidação de um projeto em que o gestor principal não tem a menor preocupação com o bem-estar da população, daí a indiferença, e, sim, planeja estabelecer sua política de redução da participação do Estado, com cortes em investimentos na prestação de serviços essenciais. E, ao mesmo tempo, favorecer seus parceiros, os empresários, com a entrega do patrimônio público.

Queremos, com o conteúdo desta revista, demonstrar que a administração de Romeu Zema foi, acima de tudo, ineficiente e prejudicial ao povo mineiro. Ele se disfarça de gestor confiável com sua fala mansa, sotaque e expressão de matuto do interior e se utiliza de muita demagogia – por exemplo, pagar aluguel e não morar no Palácio das Mangabeiras - para enganar a população mineira.

Apresentamos fatos, números e denúncias de especialistas e representantes dos movimentos sociais, sindical e parlamentar que comprovam a política de Estado Mínimo instaurada em Minas Gerais. Com dados irrefutáveis e comprovados, desmascaramos um administrador que, blindado por boa parte da imprensa, vai tentar consolidar seu projeto de dilapidação e venda de empresas públicas e estatais à iniciativa privada e de redução de investimentos na saúde, na educação, na segurança e nas políticas públicas.

Zema, ao contrário do que alardeia, não saneou as finanças de Minas Gerais. Por sinal, aumentou ainda mais a dívida com a União, que ultrapassou R\$ 140 bilhões. E tem usado isso para justificar cortes nos investimentos em setores essenciais. Mas esconde que

“Os textos e artigos evidenciam que Zema tentará concretizar o processo de entrega do patrimônio público, um sonho de consumo do empresariado, do qual ele é representante de primeira grandeza.

sua gestão abriu mão de bilhões em receita, principalmente em ICMS, com privilégios fiscais, como renúncia fiscal e sonegação, beneficiando grandes grupos de contribuintes. Deixou de arrecadar recursos que poderiam sanear as finanças e melhorar a prestação de serviços em áreas fundamentais para o povo mineiro.

O governador reeleito amplia, no seu maquiado e marqueteiro projeto, farsas como “choque de gestão” e déficit zero da era Aécio/Anastasia. Os textos e artigos evidenciam que Zema tentará concretizar o processo de entrega do patrimônio público, um sonho de consumo do empresariado, do qual ele é representante de primeira grandeza. Assim, como no quadriênio inicial, o sucateamento, a dilapidação e a difamação prosseguirão para indispor a população com as empresas públicas e facilitar a privatização. Isso já foi denunciado e evidenciado pela CPI da Cemig, que é retratada nesta revista. E como seus planos não foram bem-sucedidos por causa da resistência da classe trabalhadora, de parlamentares e por impedimentos constitucionais.

Também tratamos, nesta edição, das relações no mínimo duvidosas de Romeu Zema com as mineradoras, apesar da ação predatória destas empresas, que traz devastação ao meio ambiente e risco de vida à população que vive ao redor e que causou destruição e centenas de mortes com o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho.

Esperamos que a leitura provoque boas reflexões e conclusões sobre o que realmente Minas Gerais precisa e o que podemos fazer para evitar que Zema deixe um legado de terra arrasada no Estado.

Editorial

Produção da CUT/MG em conjunto com os Movimentos Sociais, Sindicais e Parlamentares

OS NÚMEROS FALAM POR SI SÓ!

Zema governa para os ricos, contra a classe trabalhadora e o povo mineiro

Ao longo desta edição, faremos uma análise geral, ainda que modesta, das contas públicas de Minas Gerais, por meio da qual ficará evidente e de fácil percepção que o Governo Zema é uma falácia: não é nada diferente e, muito menos, eficiente.

A situação financeira do Estado de Minas Gerais não é nada boa. **Das 27 unidades da Federação, o Estado de Minas Gerais é a terceira mais endividada**, levando-se em consideração a Dívida Pública em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Seguindo a lógica do sistema tributário brasileiro, Minas Gerais pratica um sistema tributário injusto, regressivo, indireto, recheado de sonegação e de benefícios fiscais, que penaliza os mais pobres. **Nos três primeiros anos do Governo Zema, houve redução dos gastos sociais**. Este indicador é feito comparando-se os gastos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

A redução dos investimentos nas áreas sociais, consequentemente, provocou piora nas prestações de serviços públicos. **As/os servidoras/es públicas/os foram submetidas/os a uma política de arrocho salarial**. Cresceu, na sociedade, a sensação de insegurança, houve aumento da criminalidade e, na Saúde, piora da prestação dos serviços públicos. A educação também sofreu as consequências, com profissionais mal remunerados e a deterioração da qualidade do ensino.

A seguir, será feita uma análise destes pontos com dados extraídos das contas orçamentárias publicadas pelo Governo. **Pelo que será mostrado, à luz dos números extraídos do próprio banco de dados oficiais do Estado, veremos que o governo Zema deixará de legado uma Minas Gerais reduzida em todos os sentidos: sociais e econômicos.**



Fotos: Luiz Rocha (Sind-UTE/MG)

“ Se você torturar suficientemente os dados, eles acabarão confessando.”

Ronald Coase, economista,
Prêmio Nobel 1991



ATO NA CIDADE ADMINISTRATIVA CONTRA O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL, EM AGOSTO DE 2022

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Déficit/superávit

Embora o resultado orçamentário não seja um bom indicador para avaliar uma gestão governamental, tendo em vista que nesse resultado não são consideradas algumas receitas e despesas importantes, faremos uma exposição à luz desses dados, posto que, de forma geral, as pessoas buscam por essas informações.

ATO NA CIDADE ADMINISTRATIVA CONTRA O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL, EM AGOSTO DE 2022

“Rotineiramente, a mídia reporta flagrantes de irregularidades fiscais ou esquemas de sonegação que indicam um crescimento dessas práticas criminosas. Portanto, somente com um fim dos privilégios fiscais e um efetivo combate à sonegação há possibilidades de alavancar a receita própria do Estado, pois o índice de recolhimento do ICMS (IRRF) em relação ao faturamento dos contribuintes é muito baixo, o geral não chega a 3%, sendo que o mínimo aceitável deveria ser de 6%.

Tomando como um dos exemplos o gasto com a Dívida Pública, percebe-se que nem todos os custos são considerados como despesas na execução orçamentária. É importante ressaltar que a elevação da Dívida ocorre na sua quase totalidade porque os seus custos são superiores aos valores pagos anualmente. E os custos das dívidas que são considerados no Resultado Orçamentário são apenas aqueles empenhados e/ou liquidados. E se estes valores fossem computados, o Estado teria déficits orçamentários astronômicos. Este assunto da Dívida Pública será mais detalhado à frente.

Quanto ao Resultado Orçamentário, em 2019 e 2020, o Estado apresentou Déficit de R\$ 8,632 bilhões e R\$ 2,854 bilhões, respectivamente. E, em 2021, houve um pequeno Superávit de R\$ 103,692 milhões, conforme se pode verificar no quadro abaixo. Não foi possível demonstrar 2022, porque, até a presente data, não foram publicados os dados.

É importante ressaltar que o orçamento de 2023 foi votado prevendo um déficit de R\$ 3,5 bilhões.

ESTADO DE MG - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2019 A 2021 - EM R\$ MILHARES

Descrição	2019	2020	2021
Receitas Orçamentárias	99.548.340	104.254.001	128.995.497
(-) Despesas Orçamentárias	-108.181.585	-107.107.557	-128.891.805
(=) Déficit Orçamentário	-8.633.245	-2.853.556	
(=) Superávit			103.692

Fonte - SEF- MG - Balanço Geral - Relatório Contábil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS FISCAIS

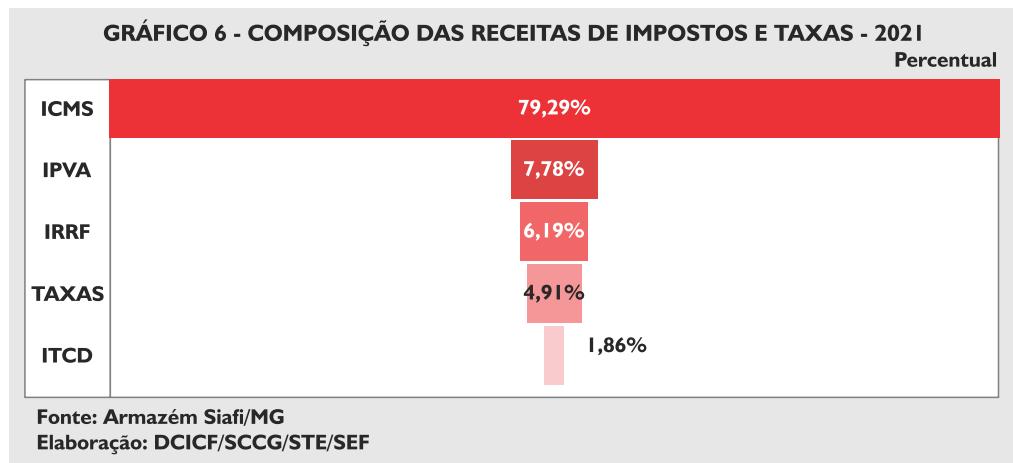
Não há mais espaço para fazer ajustes fiscais com base em cortes de despesas que reduzem direitos de trabalhadores dos serviços públicos ou reduzindo a prestação de serviços públicos que já está totalmente precarizada.

A carga tributária cobrada em Minas Gerais é extremamente injusta! Ela é recheada de benefícios fiscais e sonegação. Estima-se que a sonegação no País gira em torno de 30% a 40%. E não há uma política séria do Governo de combate à sonegação em Minas

Gerais. Faltam investimentos e vontade política para tornar o combate à sonegação no Estado realmente eficaz.

Rotineiramente, a mídia reporta flagrantes de irregularidades fiscais ou esquemas de sonegação que indicam um crescimento dessas práticas criminosas. Portanto, somente com um fim dos privilégios fiscais e um efetivo combate à sonegação há possibilidades de alavancar a receita própria do Estado, pois o índice de recolhimento do ICMS (IRRF) em relação ao faturamento dos contribuintes é muito baixo, o geral não chega a 3%, sendo que o mínimo aceitável deveria ser de 6%. Por outro lado, o **consumidor/trabalhador paga alíquotas confiscatórias sobre bens e serviços essenciais**.

A Receita Orçamentária Fiscal de 2021 foi de R\$ 128,995 bilhões, sendo que R\$ 85,703 bilhões são os tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Desses tributos, o ICMS é o principal e teve uma arrecadação, em 2021, de R\$ 67,951 bilhões, representando 79,28% das Receitas de Impostos e Taxas, conforme se pode verificar a seguir.



O ICMS é um imposto sobre consumo, portanto, trata-se de um imposto indireto e regressivo. Indireto, porque quem efetivamente paga é o consumidor/trabalhador, na ponta, quando compra alimentos, remédios, paga a sua conta de luz etc., porque o tributo está embutido no preço da mercadoria. Ao contrário do que pregam os empresários, eles, praticamente, não pagam este tipo de imposto, apenas recolhem.

E ele é regressivo porque pagam proporcionalmente mais aqueles que têm menor renda ou que ganham menos. **O trabalhador gasta toda a sua renda com consumo, enquanto os mais ricos gastam uma pequena parte de sua renda com consumo.**

Os ajustes nas contas públicas deveriam ocorrer pelo lado da Receita, procurando tornar o nosso sistema tributário mais justo, respeitando o princípio da capacidade contributiva e reduzindo a regressividade. Deveria se cobrar mais impostos sobre os bens supérfluos, sobre os grandes patrimônios e grandes rendas e não sobre o consumo de bens e serviços essenciais que penalizam os mais pobres, como ocorre em Minas Gerais.

Essa injustiça é aumentada pelo fato de o Governo do Estado conceder benefícios fiscais sem critério e sem retorno social. E, para compensar a perda de arrecadação com esses benefícios fiscais, o Governo de Minas cobra alíquotas confiscatórias sobre bens e serviços essenciais, na conta de energia elétrica residencial, telefone, combustíveis, remédios e outros.

► Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL)

A Receita Corrente Líquida é praticamente a Receita que sobra para fazer face ao custeio da Máquina Pública, é o principal recurso disponível do Ente Público.

“Receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias de um Governo, referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais.”

Fonte: Agência Câmara de Notícias



ArteStudium

A RCL é utilizada para calcular diversos índices constitucionais e será aplicada para calcular a evolução dos maiores gastos sociais (Saúde, Educação e Segurança Pública) do Estado, bem como a evolução da Despesa de Pessoal.

Conforme pode ser observado no quadro a seguir, a RCL cresceu bem acima da inflação. Essa evolução demonstra que não há nenhum mérito de Governo que faz o ajuste em cima de arrocho salarial e redução dos gastos sociais. A Receita sozinha se encarrega de fazer o ajuste nas contas públicas.

Como a principal Receita própria do Estado é o ICMS e as principais fontes deste tributo vêm do consumo de energia elétrica, combustíveis e de serviços de telecomunicação, e os preços desses itens vêm crescendo acima da inflação, explica-se a principal razão da RCL ter apresentado crescimento real nos exercícios analisados.

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - 2018 A 2021

Descrição	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida (RCL)	56.345.445	64.068.169	70.585.667	82.453.584
Evolução - Base 100	100	113,71	125,27	146,34
IPCA Acumulado - Base 100	100	104,31	109,02	119,99

Fonte - SEF- MG - Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - Poder Executivo

Benefícios Fiscais | Privilégios Fiscais

Um dos mecanismos que distorcem o sistema tributário são renúncias de receitas, concedidos muitas vezes sem critérios e sem nenhum retorno para o Estado. Em muitos casos, acabam virando moeda de troca de financiamento de campanhas eleitorais. São concedidos a grandes empresas com poderes políticos e econômicos, sendo verdadeiros privilégios fiscais.

Esse tipo de benefício fiscal é concedido sem a necessária transparência, a metodologia de cálculo dos impactos financeiros é questionável; os impactos financeiros são subavaliados e o Estado abre mão de bilhões de receitas de ICMS de grandes contribuintes ou de grupos de contribuintes que poderiam contribuir para sanear as finanças públicas de Minas Gerais e melhorar a prestação de serviços nas áreas essenciais. São verdadeiros privilégios fiscais. A maioria destes privilégios fiscais acontece no ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de

Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Conforme se pode verificar na captura de imagem (print) abaixo, extraída da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO de 2023)**, a estimativa do impacto financeiro desses benefícios/privilégios fiscais é de mais de R\$ 16 bilhões para 2023. Para se ter uma ideia do que esse valor representa, ele é superior ao que estava previsto para investir com educação em 2022.

Tabela 4
Estado de Minas Gerais
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Resumo das Renúncias Total Estimada - 2023 a 2025

Grupo	2023	AV %	2024	AV %	2025	AV %
Novas Renúncias	4.669.716	0,03%	4.945.117	0,03%	5.234.464	0,03%
Renúncias Consolidadas	14.880.471.737	91,57%	15.315.146.587	91,43%	16.084.872.253	91,44%
Benefícios Heterônomo	1.365.426.884	8,40%	1.430.043.066	8,54%	1.499.635.962	8,53%
TOTAL	16.250.568.337	100,00%	16.750.134.770	100,00%	17.589.742.679	100,00%

Fonte: Dados do Armazém Cognos e SAS - SAIF/DIEF e SUCRED -abril 2022

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Despesas Orçamentárias Fiscais

Veremos neste item que, em determinados exercícios nos últimos três anos, houve, em termos nominais, um congelamento com despesas de pessoal. Diante dos dados sobre a inflação destes períodos, conclui-se que houve um empobrecimento maior dos trabalhadores do serviço público, que passaram a ter um custo de vida bem mais arrochado.

As despesas orçamentárias totais tiveram, em 2019, um crescimento em relação a 2018 de 5,04%. De 2020, em relação a 2019, tiveram uma queda de 1,04%. Já em 2021, as despesas tiveram um crescimento de 25,15% em relação à 2018, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

ESTADO DE MG - TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 2019 A 2021 - EM R\$ MILHARES				
Descrição	2018	2019	2020	2021
Despesas Orçamentárias	102.986.642	108.181.585	107.107.557	128.891.805
Evolução - Base 100	100,00	105,04	104,00	125,15

Fonte - SEF- MG - Balanço Geral - Relatório Contábil

As despesas mais representativas são de Pessoal/ Encargos e outras despesas correntes. Essas duas despesas representam quase 90% das Despesas Orçamentárias Totais.

ESTADO DE MG - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2019 A 2021 - EM R\$ MILHARES				
Descrição	2018	2019	2020	2021
Despesas Orçamentárias - Total	102.986.642	108.181.585	107.107.557	128.891.805
Pessoal e Encargos	51.777.136	52.276.325	52.867.364	52.828.509
Outras Despesas Correntes	41.822.074	43.396.315	40.887.608	51.557.471
Fonte - SEF- MG - Balanço Geral - Relatório Contábil - Despesas por Grupo				
IPCA Acumulado - Base 100	100,00	104,31	109,02	119,99

Conforme se pode observar acima, nos exercícios de 2019 e 2020 houve, em termos nominais, um congelamento das despesas de pessoal. Como houve uma inflação acumulada de 9,02% nesse período, houve redução real no valor das Despesas de Pessoal e Encargos.

Para ilustrar ainda mais esta queda, [veja, a seguir, Despesa de Pessoal/Encargos em relação à Receita Corrente Líquida \(RCL\)](#).

A despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida de 2021, comparada ao exercício de 2018, apresentou uma queda de 17,96%, caindo de 75,36% para 57,40%. Teve queda, inclusive, em relação à 2014, de 6,29%, caindo de 63,69% para 57,40%.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA BRUTA DE PESSOAL DO EXECUTIVO EM RELAÇÃO A RCL					
Descrição	2014	2018	2019	2020	2021
Despesa Bruta Pessoal do Executivo	30.342.771	42.459.599	42.410.218	43.920.881	47.329.190
índice (%) Gastos/RCL	63,69	75,36	66,20	62,22	57,40
Fonte - SEF - MG - Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - Poder Executivo					

Os dados acima demonstram a política de arrocho salarial praticada pelo Governo Zema.

➤ Redução dos Gastos Sociais em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)

O Governo Zema reduziu os principais Gastos/Investimentos Sociais com Segurança, Saúde e Educação que, em 2018, representavam 66,43% do RCL e caiu para 62,66% no primeiro ano de Governo, passando para 54,85%, em 2020, e em 2021, para 57,95% da RCL. A redução mais significativa ocorreu com a Educação, que era 19,01 % da RCL em 2018 e, em 2019, caiu para 16,15% e 13,68% em 2020.

Quanto à Saúde, em 2020 e 2021, em plena pandemia, houve redução dos gastos em relação a 2019, sendo aplicado praticamente o mesmo percentual de 2014.

Em relação à Segurança Pública, no período de 2018 a 2021, houve uma queda de 8,42%, sendo 29,76% da RCL em 2018, 26,61% em 2019, 22,97% em 2020 e 21,34% em 2021.

DEMONSTRATIVO DOS GATOS SOCIAIS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2014 - 2018 A 2021					
Função	2014 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021(%)
Segurança - Gasto/RCL *100=%	24,26	29,76	26,61	22,97	21,34
Saúde - Gasto/RCL *100=%	18,11	17,65	19,89	18,20	18,14
Educação - Gasto/RCL *100=%	19,09	19,01	16,15	13,68	18,48
índice total - Gasto Total/RCL *100	61,45	66,43	62,66	54,85	57,95
Fonte - SEF - MG - Balanço Geral - Relatório Contábil - Despesa por Função					

Demonstrativo com valor nominal dos principais gastos/despesas sociais.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS/GASTOS SOCIAIS - 2014, 2018 A 2021 - EM R\$ MILHARES					
Função	2014	2018	2019	2020	2021
Segurança	11.559.378	16.770.953	17.051.271	16.211.575	17.594.595
(+) Saúde	8.626.110	9.945.953	12.743.928	12.844.299	14.955.228
(+) Educação	9.093.989	10.713.161	10.349.713	9.656.861	15.234.748
(=) Total destes Gasto/despesas sociais	29.279.477	37.430.067	40.144.912	38.712.735	47.784.571
Receita Corrente Líquida (RCL)	47.644.000	56.345.445	64.068.169	70.585.667	82.453.584

Fonte - SEF - MG - Balanço Geral - Relatório Contábil - Despesa por Função

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta Dívida já foi paga mais de uma vez

HISTÓRICO

*Mais uma vez, aqui estamos recorrendo aos números para comprovar aquilo que ninguém, em sã consciência, vai aceitar.
Pasmem com as informações a seguir:*

A Dívida do Estado com a União teve várias renegociações. No entanto, a mais marcante ocorreu no Governo FHC, conforme se pode verificar, na imagem capturada (print), uma síntese do Contrato, publicado na Página 45 do Minas Gerais, Caderno I, do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, numa quinta-feira, 5 de agosto de 1999. Naquela época, a dívida era de R\$ 10,185 bilhões. Foi renegociada com correção monetária pelo IGP-DI, juros de 7,5% a.a, nominais, prazo de 30 anos, sistema Price de amortizações e parcelas mensais.

Passaram-se 25 anos, o Estado já gastou centenas de bilhões de Reais, houve outras negociações e esta Dívida com a União está hoje em mais de R\$ 140 bilhões. A quase totalidade da explosão desta Dívida se refere aos seus Custos e não novos empréstimos. Sem contar as contrapartidas: as privatizações de empresas estatais, bancos, reformas administrativas e previdenciárias, perdas de direitos dos trabalhadores nos serviços públicos, desmantelamento dos serviços públicos, arrochos salariais etc.

de acordo com os parâmetros macroeconômicos.			
7.5.6.2 – Contrato de Refinanciamento			
Síntese do Contrato nº 004/98/STN/COAFI, assinado em 18/2/98: ✓			
a) valor refinanciado			10.235.751.916,63
1) dívida mobiliária	9.784.508.829,17		
2) dívida contratual	451.243.087,46		
3) redução com créditos IPI/Exportação			(50.688.156,43)
TOTAL CONTRATO			10.185.063.760,20
a* 2454 —	9.212.176.724,97		
a* 2455 - conta gráfica	972.887.053,23		
(a ser amortizada com os seguintes ativos: BEMGE, Credicreal, CEASA, CASEMCA, moedas de privatização, PCVS, Carteira Imobiliária da MinasCaixa e Imóveis)			✓
b) características: correção monetária pelo IGP-DI; juros de 7,5% a.a., nominais; prazo de 30 anos; sistema price de amortização; parcelas mensais			
c) garantias: recursos provenientes do FPII e recursos próprios			
d) sanções pelo descumprimento: elevação da RL.R de 13% para 17%, encargos equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária federal (SELIC), e acrescidos de juros moratórios de 1% a.a.			

A Dívida Pública Consolidada do Estado, constante do último Relatório de Gestão Fiscal, publicado em agosto de 2022, era R\$ 157,300 bilhões, deste total, em torno de 93% referem-se à Dívida com a União e com Instituições Financeiras que têm a União como garantidora. A Dívida Contratual era de R\$ 145,317 bilhões, conforme se pode verificar no Demonstrativo a seguir.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EM R\$ MILHARES			
Ano	Consolidada	Contratual	Consolidada Líquida
2015	107.383.681,00	102.667.003,00	102.592.255,00
2016	113.258.470,00	110.344.402,00	109.124.343,00
2017	108.980.291,00	105.683.590,00	102.814.921,00
2018	113.818.597,00	110.134.880,00	106.509.252,00
2019	130.466.981,00	122.283.204,00	122.689.225,00
2020	140.881.088,00	134.036.888,00	122.689.225,00
2021	154.382.030,00	142.199.601,00	139.627.969,00
ago/22	157.300.227,00	145.317.224,00	133.268.560,00

Fonte - SEF- MG - Relatório de Gestão Fiscal

Em 3/6/2022, o Governo de Minas divulgou esses dados na Agência Minas, confirmando esses valores, conforme trecho da matéria a seguir.

“Uma soma de R\$ 152,15 bilhões. Esse é o valor atualizado da dívida pública estadual de Minas Gerais. Do total, 93% (R\$ 141,58 bi) referem-se a dívidas com a União e com instituições financeiras que têm a União como garantidora. Os outros 7% (R\$ 10,57 bi) são de dívidas diversas, como, por exemplo, R\$ 7,5 bilhões de depósitos judiciais utilizados em 2015 pelo governo anterior.”

www.agenciaminas.mg.gov.br 3/6/2022

“Passaram-se 25 anos, o Estado já gastou centenas de bilhões de Reais, houve outras negociações e esta Dívida com a União está hoje em mais de R\$ 140 bilhões. A quase totalidade da explosão desta Dívida se refere aos seus Custos e não novos empréstimos.

Foto: Luiz Rocha/Sind-UTE/MG

ATO NA CIDADE ADMINISTRATIVA CONTRA O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL, EM AGOSTO DE 2022



SERVIÇOS DA DÍVIDA NO PERÍODO DE 2015 A 2022

Em Minas Gerais, temos um governo que gasta muito mais com a Dívida do Estado do que o investido em saúde e educação. Conforme é possível verificar, em plena pandemia da Covid-19, no ano de 2020, a segurança pública teve bem mais recursos do que a educação e a saúde, um contrassenso difícil de pesar na balança.

O Estado gastou, com os Custos da Dívida, no período de 2015 a 10/2022, R\$ 52,983 bilhões. Considerando-se a previsão orçamentária de 2022, esse valor fechará o período de 2015 a 2022 em R\$ 62,636 bilhões, conforme se pode observar no Demonstrativo abaixo.

CUSTO DA DÍVIDA DO ESTADO DE MG - 2015 A 2022 - EM MILHARES DE R\$			
Ano	Consolidada	Contratual	Consolidada Líquida
2015	3.309.966,00	3.504.239,00	6.814.205,00
2016	1.389.034,00	1.516.026,00	2.905.060,00
2017	2.815.773,00	1.515.330,00	4.331.799,00
2018	4.510.948,00	2.970.685,00	6.026.278,00
Total	12.025.721,00	9.506.280,00	20.077.342,00
2019	6.013.958,00	3.556.440,00	9.570.398,00
2020	6.857.874,00	3.847.287,00	10.705.161,00
2021	7.101.104,00	3.554.719,00	10.655.823,00
2022	6.606.240,00	5.021.407,00	11.627.647,00
Total	26.579.176,00	15.979.853,00	42.559.029,00

(1) Nota: 2022 é previsão constante no Orçamento - O valor pago até 08/2022 é R\$1,974 BILHÕES

(2) Fonte: SEF- MG - Relatório Contábeis e Execução Orçamentária

Para se ter uma ideia da relevância dos gastos com a Dívida, o que se gastou com ela, em 2020, foi mais do que se gastou com Educação e 83,34% do valor que se gastou com Saúde em 2020, em plena Pandemia, conforme se pode se verificar no demonstrativo abaixo.

ESTADO DE MINAS GERAIS - GASTOS SOCIAIS EM 2020				Em mil reais
Ano	Educação	Saúde	Segurança	Total
2020	9.656.861,00	12.844.229,00	16.211.575,00	38.712.665,00
Fonte - SEF- MG - Relatórios Contábeis e Execução Orçamentária				

LEVANTAMENTO DO SINDIFISCO - MG REVISTA A VERDADE SOBRE O CHOQUE DE GESTÃO

Num levantamento feito pelo Sindifisco-MG, divulgado na Revista “A verdade Sobre o Choque de Gestão”, em 2010, a Entidade demonstrou que essa Dívida era, em 1998, R\$ 18,50 bilhões, o Estado pagou, referente ao Custo da Dívida (Juros, Encargos e Amortizações), o valor, corrigido pelo IGP-DI, de R\$ 40,120 bilhões e a Dívida fechou, em 2009, em R\$ 56,40 bilhões.

Em levantamento recente feito pelo ex-presidente do Sindifisco-MG, no período de 2015 a 2022, conforme demonstrado acima, constata-se que a Dívida era de, em 2015, R\$ 102,667 bilhões. O Estado gastou, nesse período (Juros, Encargos e Amortizações), o valor sem correção de R\$ 52,983 bilhões. Se contar o que consta da previsão orçamentária para 2023, esse valor será de R\$ 62.630 bilhões e o Saldo da Dívida Contratual, em 8/2022, pulou para R\$ 145,37 bilhões.

**“Conclui-se que é uma Dívida impagável!
E, ainda, se considerar os valores gastos pelo
Estado, essa Dívida já foi paga mais de uma vez.**

**Sem contar os prejuízos para o Estado com o
desmantelamento dos serviços públicos,
privatizações e redução de
direitos das/os servidoras/es e outros.**



ArteStudium

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL OU DESMONTE DO ESTADO?

Essa Dívida já foi paga. Auditoria Já!

No dia 16/12/2022, foi publicado o Decreto 48.540/2022, autorizando a Secretaria da Fazenda a celebrar com a União um Contrato de Refinanciamento de Dívida, nos termos do Art. 9º A, da Lei Complementar 159/2017.

Essa Lei 159/2017 institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.

Na realidade, esse Regime de Recuperação Fiscal trata das condições estabelecidas pela União para renegociação da Dívida dos Estados e Distrito Federal. Nessas condições, estão previstas privatizações de empresas estatais, redução dos direitos de servidores, reforma administrativa e previdenciária, estabelecimento do teto de gastos, com redução de gastos/investimentos nas áreas sociais e outras restrições constantes da Lei Complementar 178/2021. Foram várias renegociações, conforme já mencionado. Todas as contrapartidas exigidas pela União prejudicaram e/ou irão prejudicar os serviços públicos e, consequentemente, a sociedade que necessita dos serviços públicos.

E o Governo, ao invés de procurar uma solução definitiva, vem com mais uma renegociação paliativa, jogando os problemas para os futuros governos e com consequências nefastas para o povo mineiro, para os trabalhadores nos serviços públicos estaduais, no curto, no médio e no longo prazo.

É preciso investigar essa Dívida do Estado com a União, qual a origem, quanto o Estado deve, quanto o Estado já pagou? Por que não se faz ou não se fez uma Auditoria dessa Dívida?

E, ainda, questiona-se: esse acordo resolverá os problemas das contas públicas do Estado nos curto e médio prazos?

Com certeza, a sociedade mineira merece repostas urgentes a essas indagações.

Por LINDOLFO FERNANDES DE CASTRO
Ex-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual (Sindifisco-MG)



FotoStudio - Sind-UTE/MG

Há quem diga que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é um atestado de morte, com impactos perversos e irreversíveis na vida concreta do funcionalismo público. Isso porque ele retira direitos, impede o Estado por até 10 anos de investir em salários e carreiras, realizar concursos públicos, entre outras questões. Mas, também, há outro detalhe importante. O governo não vai quitar a dívida. Somente arrolar o que deve por um tempo. Quando o Estado, hipoteticamente, voltar a pagar o que deve, o valor estará bem maior.



DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA PRESTAR SERVIÇOS ESSENCIAIS

A Copasa foi dilapidada em quatro anos de Zema para ser entregue à exploração privada

Por SINDÁGUA-MG

A virada do ano conserva um novo mandato para Romeu Zema à frente do governo de Minas, exigindo mais quatro anos de luta da sociedade organizada para impedir que patrimônios estatais sejam “vendidos” e serviços públicos essenciais entregues para a exploração da iniciativa privada. Lutar e resistir sempre!

A privatização continua sendo a grande ameaça à luta pela universalização do saneamento. Coleta, tratamento e distribuição de água para consumo humano foram determinantes para a guerra contra o avanço da Covid-19 e essenciais para a saúde da população, tornando necessária até a flexibilização no preço de tarifas sociais na contenção do avanço de uma pandemia que ceifou quase 700 mil vidas no país em dois anos.

Apesar da responsabilidade constitucional do Estado pelos serviços de saúde e saneamento, em quatro anos de Romeu Zema, a Copasa sofreu a maior agressão em sua sustentabilidade administrativa, financeira e de imagem institucional, partindo do próprio

governo uma campanha de difamação, de desinvestimento e dilapidação do patrimônio da empresa.

Os escândalos se transformaram na marca registrada da gestão na empresa nestes quatro anos. Os trabalhadores foram especialmente prejudicados, com salários e benefícios sociais com valores congelados durante três anos, sem acordo coletivo de trabalho, porque a empresa insistia em plantar uma cláusula que permitisse demissões em massa e passar ao pagamento pela Participação nos Lucros (PL) de forma proporcional aos salários, ou seja, fortunas para cargos de altos escalões e valores miseráveis para a grossa maioria que ganha salários muito baixos.

RAPOSA CUIDANDO DO GALINHEIRO

A Águas do Brasil, principal concorrente da estatal mineira de saneamento, conseguiu colocar na presidência da Copasa Carlos Eduardo Tavares de Castro, que obteve, em quatro anos na empresa, todas as informações estratégicas. No final do mandato de Zema, Carlos Eduardo voltou para a Águas do Brasil, assumindo a diretoria de novos negócios e regulação, com um arsenal de informações que serão muito úteis na concorrência com os serviços públicos de saneamento. A empresa prevê uma expansão no mercado a partir de 2023.

Causaram muitos estragos, numerosos vídeos produzidos pelo governador Romeu Zema e o eleito senador Cleiton Azevedo (Cleitinho) em campanhas difamatórias contra a Copasa. A empresa foi, permanentemente, acusada de não prestar o atendimento previsto em contratos de programa, de cobrar altas tarifas, de não processar tratamento de esgoto onde cobra-se taxas pelo serviço. Não apenas o então deputado estadual mineiro, candidato ao Senado, como o próprio governador de Minas fazia acusações de cabides de emprego na Copasa, de que a empresa não teria sustentabilidade para fazer investimentos e deveria ser privatizada.

Os resultados de uma gestão criminosamente irresponsável na Copasa provaram o contrário. Duas ocorrências destacaram-se como símbolos de escândalos: no primeiro, de arrepia, apesar de ter alcançado, em 2020, um lucro líquido de R\$ 816,4 milhões, a Copasa remunerou acionistas com R\$ 1.048 bilhão em dividendos; no segundo, o então presidente, Carlos Eduardo, obteve, em um único mês nesta empresa pública, uma remuneração de R\$ 490 mil, enquanto os trabalhadores permaneciam três anos sem acordo coletivo e com salários congelados.

Matérias vergonhosas veiculadas pela “TV Globo Minas” e pelo jornal “O Tempo” demonstraram manobras do governador Romeu Zema para aumentar salários dos presidentes da Cemig, Reynaldo Passanezi Filho, e da Copasa, Carlos Eduardo Tavares de Castro. Reynaldo passou a integrar o Conselho de Administração (CA) da Copasa e Carlos Eduardo foi presenteado com vaga no CA da Cemig. Ambos passaram a acumular “jetons” pelo cargo em cada um dos conselhos. Enquanto Reynaldo passava a ganhar remuneração mensal de cerca de R\$ 94 mil, Carlos Eduardo alcançou pagamento estimado de R\$ 77 mil

(salário de R\$ 56 mil acrescido de jeton do CA de R\$ 21 mil).

A gestão de medidas em proveito próprio não para por aí. **Apesar de congelar salários de trabalhadoras/es na Copasa e Copanor, onde trabalhadores fizeram uma greve de 110 dias, passando sérias dificuldades, a alta cúpula da**

Copasa obtinha, no mesmo período, um reajuste estratosférico. A verba para pagar diretores, conselho de administração e conselho fiscal saltou de R\$ 6.936 milhões, em 2019, para R\$ 7.899 milhões, um aumento escabroso de 33,56%, lembrando que o número de diretores caiu de sete para cinco.



SERVIDORAS E SERVIDORES DA COPASA PARTICIPAM DA GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO



Fotos: Rogério Hilário/CUT-MG

ABANDONO DOS INVESTIMENTOS E FARRA COM O LUCRO

Os investimentos programados para aplicação pela Copasa e Copanor ficaram longe de serem alcançados. O programa para a Copasa previa R\$ 750 milhões, em 2019; R\$ 840 milhões, em 2020; R\$ 1.307 bilhão, em 2021; e R\$ 1.365 bilhão, em 2022. Os números para a Copanor foram programados de forma mais modesta: R\$ 36 milhões para 2019 e R\$ 40 milhões para os anos seguintes até 2023.

Os investimentos realizados na Copasa foram de R\$ 395 milhões, em 2016; R\$ 511 milhões, em 2017; R\$ 686 milhões, em 2018; R\$ 586 milhões, em 2019; R\$ 459 milhões, em 2020; e R\$ 907 milhões, em 2021.

Na Copanor, mais modestos ainda foram R\$ 33 milhões, em 2016; R\$ 28 milhões, em 2017; R\$ 46 milhões, em 2018; R\$ 34 milhões, em 2019; R\$ 22 milhões, em 2020; e R\$ 36 milhões, em 2021.

O resultado da gestão irresponsável e da falta de investimento é o não cumprimento de contratos de programa com municípios, indispondo a população e os poderes públicos das cidades desassistidas. **A Copasa vai sendo dilapidada, com o sucateamento de suas estruturas e a progressiva dificuldade para manter as concessões que vão vencendo. Estão, literalmente, matando a empresa.**



TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA COPASA PROTESTAM PELOS TRÊS ANOS SEM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO



Fotos: Rogério Hilário/CUT-MG

ENQUANTO MATAM A COPASA, AUMENTAM OS LUCROS DE ACIONISTAS

Ao mesmo tempo, os dividendos pagos aos acionistas são escandalosos, diante da necessidade de investimentos para ampliar a prestação de serviços. Em 2018, foram distribuídos aos acionistas R\$ 274,9 milhões, de forma regular, e extra de R\$ 280 milhões, num total de R\$ 554,8 milhões. No ano seguinte, os acionistas receberam R\$ 210,58 milhões. Em 2020, ficamos estupefatos com uma distribuição de dividendos de R\$ 228,03 milhões acrescida de crédito extra de R\$ 820 milhões, totalizando R\$ 1.048,03 bilhão, lembrando-se que o lucro líquido no ano foi de R\$ 816,4 milhões.

Agora, em 2022, os dividendos pagos a acionistas em nove meses já atingiram R\$ 145,7 milhões. As cifras mostram que a Copasa é plenamente sustentável e a margem de lucro salta aos olhos dos acionistas, em detrimento dos investimentos para cumprir contratos de programa e ampliação de serviços para outros

municípios. O resultado trágico da política de terra arrasada faz com que a Copasa vá perdendo concessões importantes, estando inúmeras outras sob pressão pela não renovação.

O sucateamento da empresa é escandaloso, faltando não apenas trabalhadores em centenas de localidades operadas, como equipamentos e peças de reposição, obrigando, muitas vezes, trabalhadores a fazer arranjos ou comprar itens básicos do próprio bolso para efetuar reparos. Esta situação é mais grotesca ainda na Copasa do Norte (Coponor), onde a subsidiária atende precariamente a população mais pobre do Estado.

Nesta subsidiária, a empresa deixou os trabalhadores vários anos sem reajustar salários e cortou benefícios como auxílio-funeral, deixou-os sem plano de saúde, demitiu trabalhadores em função da greve justa para se ter o básico dentro de casa.

PRÁTICAS IRREGULARES

Zema sempre despejou acusações de que a Copasa seria um cabide de empregos, mentindo descaradamente e escondendo da população que a empresa só pode contratar trabalhadores através de concurso público e de que qualquer evolução de funcionários profissionalmente precisa cumprir regulamento de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS). Ao contrário da pregação do “governador”, a empresa diminuiu em cerca de 1.200 trabalhadores em todo o Estado em programa de desligamento voluntário e não repôs nenhuma vaga, mesmo com carência de mão de obra em centenas de municípios operados.

Zema, na verdade, media a Copasa com os seus métodos, pois o presidente da empresa primou por contratações irregulares, colocando parente em cargo de confiança, absorvendo apaniguados por recrutamento amplo para cargos onde existem inúmeros profissionais qualificados deixados de lado. Com o novo presidente, as contratações inusitadas continuaram acontecendo, promovendo mudanças no PCCS que impediam as irregularidades.

A direção da Copasa desrespeitou o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com Ministério Público do Trabalho para não terceirizar serviços fins da empresa. O que se vê hoje são empreiteiras comandando os distritos, não apenas executando ligações e manutenção, mas até gerando ordens de serviço. Um escândalo!!! Um dos golpes mais duros vem acontecendo com a terceirização da leitura, substituindo trabalhadores leituras, compromissados com a

“Ao contrário da pregação do “governador”, a empresa diminuiu em cerca de 1.200 trabalhadores em todo o Estado em programa de desligamento voluntário e não repôs nenhuma vaga, mesmo com carência de mão de obra em centenas de municípios operados.”

empresa, por prestadores de serviço que não carregam a camisa da Copasa, fazendo contato com consumidores que imputam à estatal eventuais deslizes de atendimento.

O presidente do Sindáqua, Eduardo Pereira, lamenta a forma intolerante que a direção da empresa recebe as críticas, reagindo com violência contra trabalhadores e o Sindicato. Eduardo lembra que a entidade sempre agiu na defesa institucional da Copasa, como instrumento para que o Estado cumpra suas responsabilidades com o saneamento. “Sempre nos mobilizamos para defender as concessões da empresa e para termos condições de trabalho para prestarmos serviço de qualidade”, afirma.

Ele lembra que, desde uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas, quando contestou informações inverídicas de “preposto” da empresa, desqualificando os trabalhadores e mentindo sobre nível de salários, o Sindicato se transformou em “persona non grata”. Isso está culminando agora com um crime praticado pela empresa contra a organização no trabalho, tentando impedir a entidade de fazer sindicalizações de trabalhadores no interior da Copasa.

ZEMA E FIEMG: JUNTOS PARA RETIRAR DIREITOS DAS/OS METALÚRGICAS/OS DE MINAS

Por SINDMET – Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem

Os confrontos da categoria metalúrgica no Estado, representada pela Federal Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FEM-CUT/MG), FITMetal e FEMETALMINAS, com a Federação das Indústrias (Fiemg) se agravaram ainda mais com a parceria da entidade patronal com o governo de Romeu Zema. Antes de fechar o acordo, a Fiemg apresentou, entre outros temas, proposta de regulamentação do trabalho aos domingos e feriados, em que o direito à folga só aconteceria depois de sete domingos trabalhados. A quantas andam os direitos das/os trabalhadoras e dos trabalhadores metalúrgicas/os em Minas Gerais nesse governo. Aqui, uma pequena amostra dessa realidade.

A Fiemg queria inserir na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) uma cláusula que permitia a demissão do funcionário aposentado por invalidez; e tentou modificar a redação para não considerar tempo à disposição para as horas gastas no deslocamento para prestação de serviços externos, inclusive, em outras cidades.

Vale ressaltar que a atuação da Fiemg, na gestão Zema, vai além do empenho em retirar direitos de metalúrgicas e metalúrgicos mineiros. A federação tenta contribuir para um projeto político nocivo para toda a classe trabalhadora e o povo brasileiro.

A Fiemg se tornou uma consultora permanente da gestão estadual e apresentou, em outubro de 2022, propostas, tanto em âmbito local quanto nacional, ao então presidente Jair Bolsonaro e seu aliado de primeira hora, Romeu Zema. E tem sido um sustentáculo do governador em relação ao incentivo da atividade predatória das mineradoras no Estado.

Entre os absurdos apresentados no encontro estavam a ampliação da flexibilização do trabalho aos domingos e feriados e a redução das obrigações empresariais no pagamento de auxílios maternidade e previdenciários; diminuir o poder dos auditores fiscais, concentrando nas mãos dos delegados do Trabalho a aplicação de punições às empresas, o que fomentaria o trabalho análogo a escravo; mudar as regras de cálculo das horas trabalhadas à noite e da forma de jornada dos motoristas; e fim da multa por demissão do funcionário,

entre outras medidas.

Além da área trabalhista, as propostas apresentadas pela Fiemg incluem mudanças na legislação ambiental. A federação pediu a revogação expressa da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que exige estudo de impacto ambiental e o fim da cobrança por compensação em exploração em Área de Preservação Ambiental (APP).

Outra reivindicação de interesse das mineradoras seria evitar aprovação de novas leis que aumentariam o controle e a fiscalização sobre barragens de rejeitos, agravam penas e diminuem impactos para o meio ambiente e a população que vive ao redor dessas minerações. Ou seja, não se leva em consideração os riscos de rompimentos de barragens e os crimes ambientais e sociais de Mariana e Brumadinho.

“Com a eleição do presidente Lula, a nossa luta ganha um importante reforço: a esperança. Esperança de um país com mais emprego e renda e que a classe trabalhadora consiga avançar em pautas que garantam melhores condições financeiras, de trabalho e saúde”, afirma Geraldo Valgas, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e região.



Foto: Ricardo Stuckert



Foto: Rogério Hilário/CUT-MG

ESSE TREM É NOSSO!

A luta do Sindieletro contra o projeto privatista de Zema e a tragédia da gestão privada na Cemig

Por SINDIELETRO-MG

“O governador Romeu Zema foi derrotado no projeto de privatização da Cemig no seu primeiro mandato no governo de Minas Gerais”, afirma o coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro/MG), Emerson Andrada. Após quatro tentativas frustradas, o projeto de privatização da Cemig não foi apresentado para apreciação dos parlamentares na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A maioria parlamentar e a opinião pública contra as privatizações, além da luta popular e sindical, foram fundamentais para a manutenção da Cemig como empresa estatal nesse último período. No entanto, a gestão privada estabelecida pela turma do Zema na Cemig tem deteriorado a relação trabalhista e prejudicado o atendimento aos consumidores. O plano de sucateamento da empresa, com objetivo claro de diminuir o custo de pessoal, do Acordo Coletivo de Trabalho e da estrutura da empresa, que existe apenas para torná-la mais atrativa ao mercado e aos interesses dos possíveis compradores.

Com a instituição dessa nova política de gestão, pautada em princípios da administração privada, muitas inconformidades foram observadas em relação às obrigações do marco legal estatal. **Os trabalhadores denunciaram ao Sindieletro uma série de irregularidades cometidas pela diretoria da empresa que, apresentada e articulada com parlamentares na ALMG, desaguou na CPI da Cemig, que apurou e confirmou o maior processo de corrupção já visto na estatal.**

A relação trabalhista nessa gestão também fica ameaçada, e o sindicato tem, ano a ano, dado um passo por vez para garantir os direitos dos trabalhadores ativos e aposentados. Retirar direitos dos aposentados é a

pauta prioritária do projeto de privatização para o momento.

Zema encerra seu primeiro mandato como o pior governo na administração da Cemig. Por diversas vezes, o governador fez vídeos para as redes sociais tentando prejudicar a imagem da empresa, sendo ele o principal responsável pela resolução dos problemas. Em outros vídeos atacou trabalhadoras e trabalhadores da Cemig, acusando-os de serem privilegiados, sendo que é o presidente da Cemig quem recebe cerca de R\$ 85 mil de salário e a remuneração variável beira os R\$ 500 mil por diretor. É absurda a contradição desse desgoverno!

Criticar os serviços e menosprezar uma das maiores estatais da América Latina “é uma tática mundialmente conhecida, e o governador não tem pudor de utilizá-la”, observa Emerson Andrada, coordenador-geral do Sindieletro.

Um balanço geral da administração Zema na Cemig, de 2019 a 2022: governo corrupto, privatista e bolsonarista que pauta a degradação das condições de trabalho e do serviço prestado aos consumidores de energia elétrica em Minas Gerais.

O cenário colocado para o segundo mandato do governador Romeu Zema é o acirramento na luta da pauta trabalhista, contra a privatização e contra o projeto bolsonarista, derrotado na última eleição que Zema quer manter em Minas Gerais.



LICITAÇÕES FRAUDULENTAS E SUCATEAMENTO DA EMPRESA

A análise do Sindieleetro é de que o revanchismo desta gestão junto aos trabalhadores da Cemig se dá pelo fato de estarmos enfrentando um governo que é contra o funcionalismo público, pelas denúncias feitas pela categoria que geraram a CPI da Cemig e por não entregarmos nossos direitos.

Para o Sindicato, a luta se dará pelo restabelecimento do caráter público que a Cemig deve ter, sendo empresa estatal, para ofertar emprego e serviço de qualidade e garantir uma administração que conduza a política de gestão da empresa aos interesses do povo mineiro, não dos amigos do governador. Para isso, vamos intensificar nossa luta pela manutenção e avanço dos direitos dos trabalhadores, pela preservação

da Cemig como bem público, pelo estado democrático de direito e pelo devido tratamento ao resultado da CPI da Cemig.

Só um contrato de serviço sem licitação custou à Cemig R\$ 1,1 bilhão, e com um fato estranho: a IBM foi contratada para desenvolver um modelo de atendimento ao cliente, mas a IBM subcontratou a AeC, pertencente ao então secretário do governo Zema, Cássio Rocha de Azevedo. Acontece que essa empresa, poucos meses antes, havia perdido uma licitação para cuidar do call center. Ou seja, com a contratação da IBM, Zema beneficiou diretamente seu secretário para a atividade. Foram 34 contratos sem licitação, no total de R\$ 1,185 bilhão.

...vamos intensificar nossa luta pela manutenção e avanço dos direitos dos trabalhadores, pela preservação da Cemig como bem público, pelo estado democrático de direito e pelo devido tratamento ao resultado da CPI da Cemig.



AUTOCONTRATAÇÃO E COACH DE R\$160 MIL

Sem licitação, também, foi feita a contratação de um coach particular para o presidente da empresa, Reynaldo Passanezi Filho, que recebe cerca de R\$ 85 mil mensais, mais PLR. Presidente que, por sua vez, foi contratado a partir da indicação de uma empresa de seleção de executivos, a EXEC, pertencente a filiados do Novo. Sabe quem assinou o contrato da EXEC? O próprio Reynaldo Passanezi. Em resumo: o presidente contratou a empresa que selecionou ele mesmo para o cargo.

Foi descoberto que, por R\$ 160 mil, a Cemig contratou e pagou o coach particular de Reynaldo Passanezi.

Em 18 de fevereiro de 2022, a CPI da Cemig aprovou o relatório final das investigações: indiciamento do presidente da empresa, Reynaldo Passanezi Filho, e

do presidente da empresa, Reynaldo Passanezi Filho, e de outros diretores pela prática dos crimes de peculato – em concurso de pessoas e em concurso formal impróprio de crimes –, improbidade administrativa e contratação direta ilegal. O vice-presidente do partido Novo em Minas, Evandro Negrão de Lima Júnior, foi citado como um dos envolvidos nos atos ilícitos. Outras 15 pessoas ligadas à Cemig e a oito empresas contratadas sem licitação também foram indiciadas.

Para o Brasil, dizemos: Vamos com Lula para construir um Brasil melhor!

Para o povomineiro, reafirmamos nossa luta contra a política neoliberal de Zema!

Para a Cemig, gritamos: Esse “trem” é nosso!

CPI IMPEDIU A PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG

Desde 2019, o governo apostou na aprovação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Seria um passo importante para abrir caminho para a agenda de privatizações que o governo mineiro queria implantar. Aliada à agenda bolsonarista, esta era a questão mais estratégica do governo Zema: atuar na defesa dos interesses do grupo econômico que o levou ao poder. A ação do movimento sindical e da Assembleia Legislativa impediram que o projeto de lei fosse aprovado.

O governo Zema ainda tentou desqualificar a barreira constitucional que impede a empresa de ser privatizada: a consulta à população, por meio do referendo popular. Sua proposta era retirá-la da Constituição Estadual. Sem maioria na Assembleia Legislativa, ele não encaminhou a proposta para votação.

Durante todo o seu governo, era o próprio governador que depreciava o serviço prestado pela Cemig, seja por meio de suas redes sociais, seja em entrevistas para a imprensa. Essa é uma conhecida tática: a construção do discurso de ineficiência para justificar a privatização.

Com dificuldades para avançar na venda da Cemig, o governo apostou no “plano B”. Começou a desmontá-la por dentro. A sua gestão passou a atender interesses privados de grupos econômicos ligados ao governo. A celebração de contratos com altos e injustificáveis valores, sem o devido processo interno de contratação; preterir a empresa que ganhou licitação e contratar a perdedora; contratos pagos sem a devida comprovação da prestação do serviço contratado; e a venda de subsidiárias como mera tática de desmonte. Realizou, também, um aberto processo de aparelhamento do seu Partido político, que atuou ativamente na política da estatal. A situação ficou cada vez mais escandalosa e só foi freada a partir da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada em junho de 2021 e teve como objetivo investigar fatos determinados consistentes na possível prática de ilegalidades na gestão da Cemig, desde 2019, gerando prejuízos ao interesse público, envolvendo indícios da gestão ilegal, imoral e antieconômica.

Os trabalhos da CPI aconteceram no período de 28/6/21 a 18/2/22. Foram 33 reuniões, 32 pessoas foram ouvidas na condição de testemunhas ou investigadas, com mais de 60 horas de depoimentos, 172 requerimentos aprovados. Mais de 100 mil páginas de documentos. Foram 34 contratados analisados.

O relatório final foi aprovado, no dia 18/2/22, com 16 pessoas e 9 empresas denunciadas por diversos crimes: contratação direta ilegal, peculato, corrupção passiva e improbidade administrativa.

“ Durante todo o seu governo, era o próprio governador que depreciava o serviço prestado pela Cemig, seja por meio de suas redes sociais, seja em entrevistas para a imprensa. Essa é uma conhecida tática: a construção do discurso de ineficiência para justificar a privatização.

Foto: Guilherme Bergamini /ALMG

A CPI também apurou e constatou irregularidades praticadas por dirigente do Partido Novo na gestão da Cemig.

Outras deliberações da CPI encaminhadas aos órgãos competentes, como Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Trabalho, Agência Nacional de Energia Elétrica, Ministério Público Federal, OAB e Controladoria-Geral do Estado: providências cabíveis em relação à violação do sigilo dos dados de advogado; apuração das responsabilidades dos atuais diretores e gestores da Cemig relativamente à precarização da prestação de serviço da Cemig e das práticas de assédio moral e atos abusivos em desfavor de seus empregados; apuração das condutas ilícitas de filiados, doadores de campanha e componentes do partido NOVO; evitar planejamentos tributários abusivos no setor de geração e distribuição de energia elétrica, que têm potencialidade de prejudicar o erário estadual; indícios de irregularidades e ilegalidades, adotando as providências legais de sua competência, necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, ao incremento da transparência e do acesso à informação e ao fortalecimento da integridade e da democracia participativa; verificar possível incidente de segurança em que dados pessoais ou informações privadas e sigilosas foram expostos a terceiros sem autorização.

Para a atual direção da Cemig, foram aprovadas pela CPI a imediata adoção das seguintes providências:

- revogar/anular a decisão da diretoria que autorizou a ocupação de 40% de cargos de chefia por não concursados, de modo que os cargos de gerentes e superintendentes sejam ocupados por empregados de carreira;
- restringir a utilização das convalidações de contratações apenas para as situações excepcionalíssimas que configurem situações emergenciais, devendo ser publicamente justificadas;
- reavaliar a decisão acerca do modelo de contratação da IBM e os termos e as suas condições;
- reforçar e aperfeiçoar as normas internas da companhia para garantir o exercício funcional dos empregados públicos concursados na defesa dos interesses da estatal; e
- adotar um plano estratégico para o fortalecimento da Cemig como empresa estatal, tendo como foco a melhoria da prestação de serviço à população e a redução das tarifas.

Cópia do relatório final da CPI foi encaminhado ao governador do estado para que avalie a necessidade do imediato afastamento dos indiciados que exercem atividades na Cemig. O governador não afastou nenhum indiciado, o que demonstrou seu apoio à forma de “gestão” que estava sendo praticada na empresa.

Com a reeleição do governador, o desafio para o próximo período é impedir a autorização da Assembleia Legislativa para a privatização da Cemig, seja por meio do regime de recuperação fiscal, seja por meio da retirada da consulta prévia à população.

Beatriz Cerqueira

Professora, deputada estadual pelo PT

Foi uma das proponentes da CPI e atuou como Subrelatora

Cópia do relatório final da CPI foi encaminhado ao governador do estado para que avalie a necessidade do imediato afastamento dos indiciados que exercem atividades na Cemig. O governador não afastou nenhum indiciado, o que demonstrou seu apoio à forma de “gestão” que estava sendo praticada na empresa.



CRESCE A EVASÃO ESCOLAR NO GOVERNO ZEMA: São quase 600 mil estudantes fora da escola

Por Sind-UTE/MG

Ao se disfarçar de pretensa austeridade o que o governo Zema faz, na verdade, é inviabilizar as políticas sociais em todas as áreas, provocando um desmonte completo da estrutura de Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, Previdência e, é claro, da Educação.

Aliado de primeira grandeza do governo Bolsonaro no Projeto de desmonte e privatização da Educação Pública, o governo Zema ignora as leis e descumpre 100% do Plano Estadual de Educação (PEE). Criado com relativa participação social, o PEE compõe a legislação que visa sanar problemas que assolam não somente a comunidade escolar, mas a sociedade em geral, posto que a educação pública é um dos pilares da organização social democrática.

Com a lógica do Estado Mínimo, do privado em detrimento do público e numa postura de eleger a educação como inimiga, Zema pauta seu governo, em segundo mandato, por uma incessante política de desmonte e de precarização da Educação Pública Estadual, o que se traduz em:

- Desvalorização das(os) trabalhadoras(es) em educação.
- Desrespeito às condições sociais e culturais das comunidades.
- Desprezo às políticas de democratização ao acesso e permanência à educação.

É possível perceber, sem maiores dificuldades, que esse governo investiu todos os esforços, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), para atacar as construções históricas que fundamentam a concepção de Educação como DIREITO, sejam elas nos campos pedagógicos, a exemplo da Educação Integral e Inclusiva, da Gestão Democrática e das políticas de Valorização e Formação Continuada das/os trabalhadoras/es.

Para corroborar com essa análise podemos citar:

FECHAMENTO DE TURMAS, TURNOS E ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

A postura do governo estadual de fechar, sistematicamente, turmas, turnos e escolas é uma medida que tem, entre outros objetivos, gerar a exclusão do sistema de ensino e vai na contramão do dever do Estado que deveria empreender ações para garantir o direito de acesso e permanência do estudante na escola pública, ou seja, o direito universal à Educação.

O resultado dessa política nefasta é demonstrado no quadro abaixo e impacta diretamente a vida de milhares de estudantes no fundamento do direito à Educação: acesso e condições de permanência. Pelo quadro abaixo, pode-se constatar que as políticas deste governo têm afastado o estudante da escola, promovendo uma corrente de evasão como nunca antes vista no Estado.

MATRÍCULAS NA REDE ESTADUAL: DADOS DE 2022 COMPARADOS COM O ANO DE 2018

Matrículas na rede estadual	Em 2018	Em 2022	Redução
Matrícula total	1.933.379	1.643.641	15%
Matrículas EJA	140.588	108.333	22,9%
Matrículas por etapa - Anos Iniciais do EF	385.240	261.139	32,2%
Matrículas por etapa - Anos Finais do EF	686.119	676.631	1,8%
Matrículas por etapa - Ensino Médio	706.109	597.073	15,4%

SEM DIÁLOGO E SEM RESPEITO AOS DIREITOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Neste governo, o diálogo e o respeito a direitos conquistados se traduz em processos na justiça. O descumprimento e ataques, via judicialização das conquistas acerca da Política Remuneratória dos Profissionais da Educação, é recorrente. A exemplo disso, frente às reivindicações que de forma legítima levaram os(as) trabalhadores(as) à greve em 2022, o governo Zema insistiu na negação do direito e do diálogo com a categoria, recorrendo ao judiciário com vistas a

destruir os mecanismos que estruturam a carreira da Educação mineira.

Nessa ação, que tramita no TJMG, Zema ataca e coloca em xeque direitos conquistados pela categoria em lutas que remontam décadas de organização, numa postura autoritária e insensível, bem diferente do que ele divulga nos meios de comunicação quando fala sobre a gestão pública da educação e a valorização profissional.



EDUCADORAS E EDUCADORES SAEM EM PASSEATA PELO RUA
DE BELO HORIZONTE APÓS ASSEMBLEIA ESTADUAL NO PÁTIO DA ALMG



Fotos: Luiz Rocha - Sind-UTE/MG

TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
PROTESTAM NA CIDADE ADMINISTRATIVA

FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS DA EDUCAÇÃO

É de conhecimento amplo que os recursos vinculados à Educação aumentaram, consideravelmente, nos últimos anos. Entretanto, o governo não investe sequer o mínimo constitucional de 25% da receita corrente líquida no desenvolvimento da Educação.

Considerando o percentual exigido pela Constituição Federal (25%), desde o início de seu mandato, já são mais de R\$ 6,9 milhões que Zema não investiu na Educação Básica.

INVESTIMENTO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Índice de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) - Art. 212, CF/88

Ano	2019	2020	2021	2022 / jan a out
Percentual apurado de aplicação em MDE	19,80%	20,73%	23,21%	23,94%
QUANTO O GOVERNO DEIXOU DE INVESTIR?				
2019				2.740.405.235,97
2020				2.293.044.308,47
2021				1.210.888.730,40
2022 / jan a out				647.170.598,09
Total acumulado de 2019 a 2022				6.891.508.872,92
VALOR				

Fonte: Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Balanço Geral do Estado 2019 (Processo nº 1088786). Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2020 e 6º bimestre 2021 (Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária). Elaboração: subseção Dieese no Sind-UTE/MG.



“ Ainda, sob o argumento de promover a “inserção do aluno no mercado de trabalho”, o governo Zema inova na estratégia de dilapidação da Educação Pública mineira.

FOTOS: LUIZ ROCHA/SINDUTEMG

DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO: PROGRAMA “MÃOS DADAS”, “PROJETO SOMAR” E “PROJETO TRILHAS DO FUTURO”

A reorganização da rede de ensino do Estado realizada no governo Zema, acompanha as diretrizes da política neoliberal e do Estado mínimo. Foi nessa direção que, em março de 2021, o governo do Estado de Minas Gerais lançou o “Projeto Mão Dadas”, retomando o processo de municipalização de escolas de Ensino Fundamental com objetivo de transferir para as redes municipais os estudantes do Ensino Fundamental, hoje matriculados nas escolas estaduais.

Também na perspectiva de política de desresponsabilização do estado para com a Educação, Zema lançou o “Projeto Somar”, que prevê a gestão compartilhada das escolas estaduais que oferecem ensino médio, com organizações da sociedade civil que são, na prática, representantes da iniciativa privada. A medida fere os princípios constitucionais e é uma forma de privatização das escolas e da Educação Pública.

Ainda, sob o argumento de promover a “inserção do aluno no mercado de trabalho”, o governo Zema inova na estratégia de dilapidação da Educação Pública mineira. Por meio do programa “Trilhas do Futuro”, o Estado promove o sucateamento da estrutura pública de Educação Profissional e repassa os recursos públicos (que deveriam ser investidos na melhoria da rede pública) para a iniciativa privada.

Atendendo a poucos estudantes, mas aos interesses de muitas empresas, o governo Zema, por meio também do “Trilhas do Futuro”, promove uma concepção de Educação que permite ao Estado se desobrigar de sua responsabilidade, induz processos de privatização, de subfinanciamento e de desigualdades.

NOVO - VELHO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio (NEM) chegou às escolas públicas estaduais como um modelo educacional pensado para atender aos interesses dos grandes conglomerados empresariais. O programa é excludente, desorganiza a rotina das escolas e impõe uma padronização curricular mercadológica, que limita a autonomia escolar e não dialoga com as múltiplas realidades das comunidades locais.

A proposta da SEE/MG ignora completamente as metas e diretrizes que tratam deste tema no Plano Nacional e no Plano Estadual de Educação, pois, na realidade, significa uma ruptura com o que está ali previsto, a começar pela obrigação do Estado de garantir

a universalização do acesso à Educação Básica para a faixa etária de 15 a 17 anos. A SEE/MG ignora o PEE e o PNE porque sabe que sua política está em desacordo com esses planos, na medida em que sequer cumpre sua função institucional de viabilizar a oferta obrigatória da educação básica a todos(as) mineiros(as).

A tendência é de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da Educação de qualidade, aquela que proporciona desenvolvimento integral dos estudantes.

Hoje, dispensando qualquer verniz de seriedade nesse programa, a SEE/MG pressiona as escolas a ofertarem o Ensino Médio na modalidade integral. Isso acontece inclusive com unidades que têm estrutura deficiente até mesmo para serem escolas regulares.

O Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) não atende às necessidades dos estudantes, dos profissionais da educação e da sociedade mineira. Em primeiro lugar, é imposto de cima para baixo, sem qualquer debate com a comunidade escolar e com a sociedade, como todos os demais projetos da SEE/MG. Em segundo lugar, é um programa que reduz o número de estudantes nas escolas, dispersando-os em outras unidades, às quais muitos deles jamais chegarão (pela distância e outros fatores), fazendo-os engrossar os índices de evasão escolar. E, principalmente, exclui os estudantes trabalhadores, que lutam pelo sustento de suas famílias, sobretudo nesse momento de grave crise econômica em nosso país. Exclui, ainda,

aqueles jovens que fazem algum outro tipo de curso no contraturno, buscando melhorar sua qualificação. Para piorar, em grande parte das escolas há a extinção do noturno, expulsando, aí também, os estudantes que trabalham. Esses dificilmente buscarão outra escola mais distante e abandonarão os estudos. Buscarão mais tarde, talvez, a Educação de Jovens e Adultos, mas a SEE/MG também está fechando turmas de EJA.

Não se pode pensar em educação integral com a infraestrutura atual da maior parte das escolas, com propostas curriculares estreitas que não incorporam todos os componentes, projetos e atividades, que não diversificam nem ampliam as possibilidades de formação para as juventudes.

“A tendência é de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da Educação de qualidade, aquela que proporciona desenvolvimento integral dos estudantes.



MAIS RECURSOS DO FUNDEB E NENHUMA VONTADE POLÍTICA EM VALORIZAR OS(AS) EDUCADORES(AS)

A luta travada com “unhas e dentes” para que a Educação e seus profissionais sejam valorizados passa, necessariamente, pelos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Pelas regras aprovadas, em julho/20, depois de muita mobilização da educação em todo o país, pelo menos 70% dos valores desse Fundo devem ser investidos no pagamento de profissionais da educação básica. Caso tal percentual não seja cumprido, as sobras devem ser rateadas com os educadores.

Este ano, o governo decidiu não fazer o rateio dos recursos do Fundeb, mesmo depois de ter sido questionado pelo Sind-UTE e pela deputada estadual Beatriz Cerqueira, sobre a existência de R\$ 2,5 bilhões no seu caixa.

Falta vontade política. Em 2021, foi a mesma coisa. O governo só pagou depois de muita pressão e, mesmo assim, fez um rateio rebaixado e não explicou o que iria fazer com o restante do recurso que era mais de R\$ 1 bilhão. Estamos diante de um governo inimigo da Educação”, afirma Denise Romano, coordenadora-geral do Sindicato.



07.06.22 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DA RETOMADA DAS NOMEAÇÕES DOS CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL SEE N° 07/2017

Foto: Guilherme Daridman/ALMG
Fotos: Luiz Rocha/Sind-UTE/MG



ATO PELA EDUCAÇÃO NA PRAÇA DA ESTAÇÃO - BELO HORIZONTE/MG

DESVALORIZAÇÃO E DESEMPREGO

Assim como em outros segmentos do funcionalismo, este governo desvaloriza totalmente o público. Não reconhecer e não aceitar a política do Piso Salarial, não respeitar e conceder os aumentos preconizados pelo MEC à categoria, anualmente, são denúncias que expõem a precarização da Educação, assolada pelo desemprego e a falta de perspectiva. Além de não enxergar a Educação de maneira estratégica e com seu real valor, Zema volta a sua atenção também para o desmonte do Sindicato, com vistas a destruir a organização das(os) trabalhadoras(es). Isso é visível na investida feita no final da greve de 2022. O governo não aceitou os acordos propostos na ação que ele ajuizou contra direitos constitucionais dos trabalhadores e

exigiu a cobrança de multas ao sindicato com claro objetivo de asfixiar as finanças da entidade.

Como se pode ver, em Minas temos, atualmente, de fato, um governo (in)diferente. Quando se fala de resultados é possível afirmar que também temos um governo in(eficiente), que faz uma política com “p” minúsculo para o povo enquanto abre uma frente de proteção e benesses à iniciativa privada.

A Educação mineira nunca se curvou aos desmandos de nenhum mandatário e não será agora que o fará. O enfrentamento a este governo inimigo da Educação se dá no contexto diário da luta a todas as vezes que os direitos de seus profissionais são ameaçados e/ou atacados.

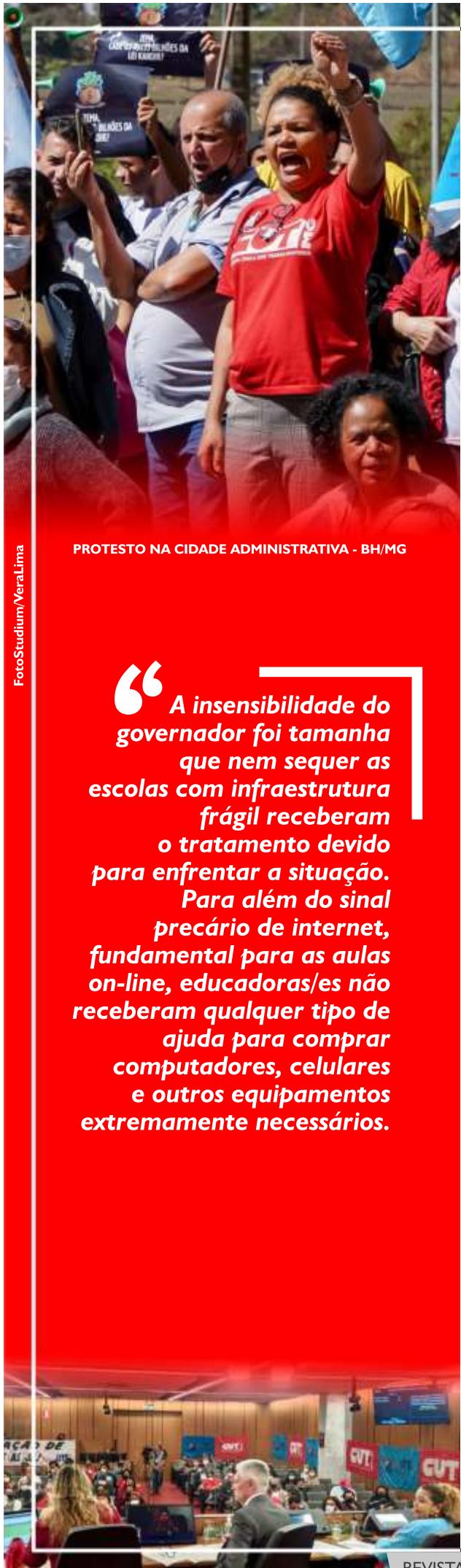


Foto:Studium/VeraLinha

“A insensibilidade do governador foi tamanha que nem sequer as escolas com infraestrutura frágil receberam o tratamento devido para enfrentar a situação.

Para além do sinal precário de internet, fundamental para as aulas on-line, educadoras/es não receberam qualquer tipo de ajuda para comprar computadores, celulares e outros equipamentos extremamente necessários.

NEM NA PANDEMIA DE COVID-19 A EDUCAÇÃO FOI TRATADA COM RESPEITO E DIGNIDADE

Ao longo de todo o período pandêmico, especialmente nos momentos mais difíceis, em que milhares de pessoas infectadas pelo Coronavírus morriam sem acesso à vacinação, foi necessário impor uma forte luta em defesa da vida. O Sindicato precisou recorrer à justiça e bater de frente com o governo em diversos momentos para que educadoras/educadores não fossem forçados à exposição presencial nas escolas como queria Romeu Zema. Aliás, numa postura bem semelhante à de seu comparsa, Bolsonaro, ele negou a gravidade da situação, fez recomendação de um tratamento ineficaz e condenado pela Ciência e a comunidade científica e disse que era preciso o vírus viajar.

A insensibilidade do governador foi tamanha que nem sequer as escolas com infraestrutura frágil receberam o tratamento devido para enfrentar a situação. Para além do sinal precário de internet, fundamental para as aulas on-line, educadoras/es não receberam qualquer tipo de ajuda para comprar computadores, celulares e outros equipamentos extremamente necessários. Muitos tiveram que tirar do próprio bolso, do mísero salário, parcós recursos para levarem algum conhecimento a seus alunos.

Assim, a Educação Pública em Minas Gerais tem caminhado: com uma luta aguerrida das educadoras e educadores, que não se cansam de levantar suas bandeiras por uma Educação Pública de qualidade social. Não é possível seguir com este projeto que causará danos ao conjunto da comunidade escolar e à sociedade à medida em que amplia as desigualdades educacionais. Em tempos tão difíceis como os que vivemos hoje em Minas, onde o projeto em curso de desumanização da Educação busca transformá-la em mercadoria, convidamos todas e todos ao desenvolvimento de ações em defesa da Educação Pública que é uma dos pilares da organização social democrática de nosso país.

A escola que defendemos e que teremos a tarefa de reconstruir se fundamenta na autonomia, democracia, justiça social e organização coletiva para a formação humanizadora de toda sociedade.

“Esperançar sempre, pois, a educação não desiste jamais!

DESMONTE DA SAÚDE DE MINAS GERAIS PELO GOVERNO

Por Sind-Saúde/MG

O Sistema Estadual de Saúde em Minas Gerais corre sérios riscos de deixar de existir nos próximos anos devido às diversas tentativas do governo de diminuir a estrutura pública e fragilizar o atendimento à sociedade mineira, cujo percentual de dependência exclusiva do SUS está acima de 70%.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE (SES)

As políticas da saúde em todo o Estado de Minas Gerais são desenvolvidas e operacionalizadas por mais de sete mil servidoras e servidores da SES/MG, com número reduzido de concursos e os mais baixos salários aplicados, comparados a outros estados da federação e até mesmo entre outras secretarias estaduais. Não contam com plano de cargos e salários, sendo que, nos próximos anos, terá mais de 68% da força de trabalho com direito a se aposentar. Sem substituições e condições de se aposentarem devido às perdas na

remuneração, seguem trabalhando doentes, com direitos cada vez mais suprimidos. O governo suspendeu pagamentos como férias-prêmio, quinquênio, dentre outros. Assim, o modelo de saúde pública do futuro no Estado está ameaçado, seja por não repor a força de trabalho, seja por não remunerar devidamente. Entre os trabalhadores que recebem abaixo do salário mínimo, somado ao fraco desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas, o Estado deixou de ser atrativo às novas gerações.

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (FUNED)

A Funed também esteve na mira do governo Zema. Se, ao ser empossado, o governador não conhecia a Fundação, com o passar de pouco tempo, uma proposta de mudança de nome escondia sua tentativa de extinção da Funed. O movimento dos trabalhadores denunciou o chamado CMC – Centro Mineiro de Controle de Doenças aos deputados, os riscos de destruição da Funed e o projeto não seguiu no Legislativo.

“ Assim, o modelo de saúde pública do futuro no Estado está ameaçado, seja por não repor a força de trabalho, seja por não remunerar devidamente.

PRESIDENTE DA CUT/MG, JAIRO NOGUEIRA, DURANTE MANIFESTAÇÃO, EM BH, CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.



Fotos: Rogério Hilário/CUT-MG

MANIFESTAÇÃO CONJUNTA DOS SERVIDORES/AS PÚBLICOS CONTRA O RRF NA CIDADE ADMINISTRATIVA



FUNDAÇÃO HOSPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG)

As unidades da Fhemig tiveram uma avalanche de tentativas de destruição ou de repasse à iniciativa privada. Muitos atendimentos foram fechados, como é o caso das unidades Fundação Hospitalar Getúlio Vargas (HGV) e Hospital Alberto Cavalcanti (HAC). Outras alas e setores foram fechados, sendo que o HRAD e o HRJP foram constantemente ameaçados de transferência ao setor privado por Hospital Regional João Penido (HRJP) de Juiz de Fora, e Hospital Regional Antônio Dias (HRAD), de Patos de Minas, foram constantemente ameaçados de transferência ao setor privado. Existe todo um projeto de sucateamento dos hospitais da

Fhemig e fechamento de leitos.

Além disso, Zema vem terceirizando parte dos serviços hospitalares: entregou o serviço de ambulância para a empresa Medical Save, enquanto as ambulâncias da Fhemig estão em ótimo estado de conservação e se deterioraram estacionadas na garagem da Fundação. No setor de rouparia também houve terceirização dos serviços com a contratação da empresa Elis, o resultado foi a piora da qualidade e aumento dos custos. Zema também está tentando terceirizar todas as farmácias hospitalares.

MODELO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NÃO É SOLUÇÃO E SIGNIFICA O DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA

O argumento de que repassar a gestão da saúde pública para iniciativa privada poderia melhorar a qualidade do atendimento não sobrevive se constatar a realidade e os números de onde esse modelo já foi implementado. Em várias cidades e estados do país, as chamadas OSs – Organizações Sociais foram implantadas e não deram certo.

Em São Paulo, estado recordista em OSs, inclusive, na saúde pública, tem uma série de denúncias, tanto de má gestão quanto de problemas trabalhistas. Segundo Juliana Salles, diretora executiva da CUT, um dos maiores problemas com as OSs é a falta de transparência. "Não há informações, nem nas secretarias municipais, nem na estadual de saúde sobre o número de médicos que atende pelas OSs, média salarial, modo de contratação, se é CLT - celestista ou PJ - Pessoa Jurídica. Não há isso nos contratos de gestão, apenas as metas quantitativas desses contratos, que não possuem meios de controle de mão de obra ou de contratos com empresas, que são feitas por meio de licitações na administração direta", afirmou. Os relatos foram publicados no site da CUT.

As principais irregularidades são unâimes: atendimento precário, falta de medicamentos e equipamentos para exame, falta de pagamento de profissionais e fornecedores, gerando interrupção de serviços, contratação de profissionais de forma irregular, superfaturamento na aquisição de materiais e contratação de serviços, acúmulo de cargo e funções... como várias outras irregularidades de corrupção ativa e passiva, além da precarização dos serviços e terceirização de servidores.

As principais críticas ao modelo de Organização Social que podem ser consideradas retrocessos à gestão da saúde são: inexistencia de controle social,

privatização do SUS e de receberem mais recursos do que as unidades geridas pela administração direta.

A estabilidade do servidor público e o concurso como única via de acesso aos cargos públicos foram inscritos na Constituição Federal de 1988 como garantias contra o clientelismo e o fisiologismo. A impensoalidade e o interesse público são, assim, as razões da estabilidade do Regime Jurídico Único estatutário para que as políticas de Estado prevaleçam como direitos diante das políticas temporárias de favorecimento de eventuais governos e instituições privadas.

Por não terem obrigatoriedade de obediência às normas de processos licitatórios para contratação de bens e serviços, inúmeros casos de escândalos envolvendo desvios de recursos públicos acontecem com as OSs. A atuação desses novos modelos privados de gestão do SUS é inconstitucional e não cumprem com seus objetivos de melhorias na assistência à saúde da população. Ao contrário, acabam entregando o patrimônio público para a iniciativa privada que visa, incondicionalmente, o lucro.

O modelo de gestão das OSs, se levado adiante, pode significar, por exemplo, o desmonte do Sistema Único de Saúde. O SUS busca a padronização, enquanto o modelo de administração da OS leva à fragmentação. Torna-se muito difícil criar e manter uma rede integrada com um conjunto de OS trabalhando, pagando salários diferenciados, atuando com procedimentos diferenciados, usando metodologias diferenciadas.

É inaceitável, em uma sociedade democrática, a intenção do governo de abdicar da consolidação do SUS, de insistir no subfinanciamento público e apostar no avanço de um modelo privado, caro e ineficiente.

GOVERNO DESCUMPRE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Em 2019, o Conselho Estadual de Saúde (CES) deliberou pela não implantação de transferência de gerenciamento da Fundação Hospitalar de Minas Gerais para OS, entendendo o risco de acabar com a qualidade do sistema público, precarizar e terceirizar trabalhadores e privatizar a saúde. O CES/MG é uma instância deliberativa e suas decisões devem nortear as políticas estaduais do SUS, inclusive o modelo de gestão adotada. Além disso, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) questiona, na Justiça, o processo para OSs aberto pela Fhemig.

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE REPROVA RELATÓRIO DE GESTÃO DA SES PELA PRIMEIRA VEZ, EM 31 ANOS

O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG) reprovou, em 12/12/22, os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) de 2019, 2020 e 2021. A decisão foi deliberada pela maioria do plenário, com base nos pareceres da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças (CTOF) do Conselho, em avaliação conduzida durante todo o ano em reuniões acompanhadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG).

O governo fez um baixo investimento na Saúde Pública de Minas Gerais e, de fato, não efetivou o Plano Estadual de Saúde. Com isso, tentou privatizar a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG).

O CES-MG está lutando para evitar a privatização e garantir a estrutura de funcionamento para o Controle Social. O Conselho foi contra a concretização do Centro Mineiro de Controle de Doenças, Ensino, Pesquisa e Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais (CMC), que previa acabar com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, envolvendo o Hospital Eduardo de Menezes e Fundação Ezequiel Dias.



SERVIDORAS E SERVIDORES DA SAÚDE PROTESTAM NA CIDADE ADMINISTRATIVA

Fotos: Arquivo Sind-Saúde

“O governo fez um baixo investimento na Saúde Pública de Minas Gerais e, de fato, não efetivou o Plano Estadual de Saúde.



PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO ESTADO EXIGEM O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL

BOIADA DE ZEMA DESTRÓI POR ONDE PASSA

Por Coletivo de Comunicação MAB/MG

Em quatro anos de governo, o Palácio da Liberdade foi ocupado inteiramente pelas mineradoras e outras grandes empresas interessadas em explorar o máximo sem assumir nenhuma responsabilidade com a segurança e os direitos da população. Enquanto o diálogo com as pessoas atingidas nunca existiu, por inúmeras vezes, o Movimento dos Atingidos por Barragem teve as portas fechadas e pedidos de escuta referente às pautas do movimento rejeitados.

Já na campanha eleitoral, Zema defendia a flexibilização das licenças ambientais. Desde o início, esteve alinhado a Bolsonaro e às políticas de destruição ambiental de seu governo, novamente reafirmados na manifestação de apoio à reeleição do ex-presidente. Logo na segunda semana de seu mandato, reuniu-se com a Samarco para negociar termos para reativação das atividades da mineradora no estado, após o rompimento da barragem em Mariana, em 2015, de sua propriedade.

Dias depois, em 25 de janeiro de 2019, rompeu a barragem do Córrego do Feijão, que deixou 272 mortos e, até o presente momento, contabilizam 3 pessoas não encontradas sob os 12,7 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito de minério derramados na bacia do rio Paraopeba. Durante os trabalhos de resgate das vítimas, Zema instalou um gabinete de gestão de crise e ordenou que fossem desativadas as barragens à montante em todo o estado e prometeu punição severa. No entanto, não foi o que aconteceu. Os processos de negociações entre a Vale e o governador começaram em outubro de 2020 e foram discutidos sob sigilo, em audiências confidenciais.

Sob muitas críticas e manifestação popular contrária, o chamado “Acordão Global” foi celebrado no valor de R\$ 37,68 bilhões, em 4 de fevereiro de 2021, violando uma série de preceitos fundamentais. Além da falta de participação popular e do direito de consulta, o acordo violou também os direitos à publicidade e à centralidade do sofrimento das vítimas.

O acordo serviu a Zema enquanto estratégia política para se reeleger em 2022, dado o repasse oportuno de recursos vindos da Vale às prefeituras. O mesmo pode acontecer em relação à repactuação para reparar os danos do desastre-crime no Rio Doce, ainda pendente por parte do governo federal e estadual de Minas Gerais e do Espírito Santo e de instituições de justiça. Zema quer abocanhar a maior parte dos recursos, (estimados em R\$ 100 bilhões) para projetos de seu governo, sem consultar a população sobre as prioridades que devem ser dadas.

“É uma estratégia compartilhada entre Vale, governo de Minas Gerais e o poder judiciário. Para a imprensa, colocam as negociações como uma vitória “o maior acordo feito da América Latina; para os atingidos foi uma das maiores injustiças do mundo”, denuncia Sammantha Bleme, atingida da cidade de Mário Campos.

“Uma série de danos significativos foram causados a partir dos rompimentos e vêm se repetindo anualmente, à medida que não são solucionados e de forma agravada a cada repetição. Um dos mais catastróficos danos e que tem sido ignorado por parte do governo estadual são as enchentes que pioraram devido ao acúmulo de sedimentação de lama de rejeitos na calha dos rios, atingindo mais moradias e as infraestruturas urbanas. As enchentes também carregam contaminação para territórios onde a lama não havia chegado no rompimento, o que tem causado, além de preocupação, problemas graves de saúde na população”, completa Fernanda Oliveira, integrante da coordenação do MAB.

RODOANEL: ACORDO QUE GEROU NOVOS DANOS

Zema transformou o acordo com a Vale em uma grande oportunidade para garantir uma mega obra de interesse das próprias empresas, gerando novos atingidos: o Rodoanel. Além de não reparar os danos causados pela mineradora nos municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba, a obra ameaça prejudicar as fontes de água da região metropolitana.

O Rodoanel é um traçado viário que se estenderá por cerca de 100 quilômetros, passando pela cidade de Belo Horizonte e 10 municípios da região metropolitana, sob o custo de, aproximadamente, R\$ 5 bilhões. Desde o momento em que essa obra foi

anunciada pelo Governo Romeu Zema, recebeu duras críticas pela forma impositiva com que foi apresentada. A população denunciou, em diversos momentos, ter sido ignorada sobre alternativas de mobilidade urbana mais econômicas, mais eficientes e de menor impacto socioambiental.

Haja vista que o projeto em questão avança sobre áreas ambientalmente sensíveis e protegidas, territórios urbanos densamente ocupados e territórios onde vivem povos e comunidades tradicionais. Caso a

estrutura viária seja implantada, acarretará graves ameaças ao meio ambiente e comprometerá a segurança hídrica em Belo Horizonte e região metropolitana, ameaçando seriamente o pacto federativo à medida em que unilateralmente intervêm na ordem urbanística de forma drástica, além de reunir ameaças a comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pelo poder executivo federal, a terreiros de matriz africana e a diferentes povos tradicionais.

UM GOVERNO CONTRA A SEGURANÇA DA POPULAÇÃO

Zema atacou as principais leis aprovadas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que buscavam evitar novos rompimentos e garantir segurança para os atingidos. Um deles foi contra a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) - Lei 23795, de 15 de janeiro, que teve três vetos. Enquanto Zema flexibiliza e enfraquece a legislação ambiental, somam-se, em Minas Gerais, 54 barragens com risco de rompimento. Em Outubro de 2022, a Agência Nacional de Mineração embargou cerca de 47 minas no país, por não apresentarem a Declaração de Estabilidade de Barragem, sendo 31 no estado, dentre elas estão a B3/B4 da Mina Serra Azul, em Macacos, com nível máximo de emergência em risco de "rompimento iminente", de propriedade da Vale.

O primeiro voto foi no Art. 3º, que citava o "direito à inversão do ônus da prova, tendo em vista a condição de hipossuficiência – falta de orientação jurídica, poder econômico, status social – dos atingidos por barragem para comprovar os danos sofridos", ou seja, garantia de que a população atingida e que sofre danos pela construção ou rompimento de barragem não deve ser obrigada a provar suas perdas, mas sim as empresas causadoras do dano que devem provar que a população atingida não sofreu dano. Com este voto, mantém a lógica perversa de que o reconhecimento dos atingidos continua a critério da empresa e muitos atingidos continuarão com reparações muito lentas ou

sem reparações. Com o segundo voto, Art. 6º – (...) § 3º, Zema retira do processo de licenciamento ambiental a obrigação das empresas de cumprir as ações de reparação da população, o que garante que as empresas poderão construir ou usar as barragens independentemente de cumprir ou não as obrigações previstas na PEAB.

No terceiro ponto, Art. 7º – (...) § 2º, o governador vetou que o comitê representativo possa sequer sugerir a elaboração do plano de recuperação para barragens que já foram construídas e que têm pendências – passivo histórico do rompimento e construção das barragens em MG – ou seja, seria a garantia de que no caso de uma barragem, mesmo que já construída ou em operação, as violações pudessem ser reparadas ao olhar da PEAB, a partir de um plano de reparação, como será feito para as barragens no futuro.

Outro ataque do governo Zema está na Lei 23.291/2019, mais conhecida como "Lei Mar de lama nunca mais", que foi flexibilizada com a assinatura de um Termo de Compromisso firmado entre o governo de Minas, os Ministérios Públicos estadual e federal e as mineradoras. A lei estabeleceu o prazo para descomissionamento das barragens a montante até fevereiro de 2022. Entretanto, no acordo não há um prazo estipulado, há apenas indicação de que as mineradoras se comprometem a realizar as manobras no período mais curto possível.



ATO DO COLETIVO TIRA O PÉ DA MINHA SERRA EM FRENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, EM SETEMBRO DE 2022



LICENÇAS QUE GERAM TRAGÉDIAS ANUNCIADAS

Na contramão da “Lei Mar de lama nunca mais”, Zema concedeu ampliações a mineradoras reincidentes, a exemplo da Samarco, que, em março de 2022, recebeu licença para ampliação das atividades exatamente no mesmo complexo onde ocorreu o rompimento criminoso de 2015. A partir desta licença, a mineradora poderá explorar 35 hectares de Mata Atlântica, um terço desta área é Área de Preservação Permanente (APP), portanto protegida por legislação federal.

O governo de Romeu Zema concedeu, ainda, ampliações à mineradora AngloGold em relação às dimensões e quantidade de rejeitos dispostos na barragem do projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, bem como à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em outorgas de água e capacidade exploratória na mina Casa de Pedra, em Congonhas, maior barragem de rejeitos em área urbana da América Latina. Vivem na região aproximadamente 5 mil pessoas.

Movimentos sociais e ambientais denunciaram, durante o primeiro mandato, nomeações de pessoas ligadas à mineração em órgãos públicos de meio

ambiente e patrimônio no estado. Há evidências da atuação irregular do funcionário de cargo comissionado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Charles Soares de Sousa.

Nomeado Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana pelo governador, Charles anulou um auto de infração da mineradora Gute Sicht, empresa que minera de forma irregular na Serra do Curral. Dois anos antes de assumir o cargo, o funcionário trabalhou na Fleurs Global Mineração, outra mineradora que atua na Serra e já cometeu dezenas de crimes. Um dos donos da mineradora também é proprietário da Gute Sicht.

A nomeação da prima do representante da mineradora Tamisa para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA também causou revolta entre movimentos populares e ambientalistas do estado. O dirigente anterior do órgão havia questionado publicamente o licenciamento da mineradora.

“Os inúmeros escândalos da mineração na Serra do Curral evidenciam a atuação organizada das mineradoras, em parceria com o governo de Minas Gerais, para infringir leis e lesar o interesse público. Apesar disso, o governador Romeu Zema insiste em afirmar que toda a mineração no local ocorre de forma regular, o que nos faz crer que ele próprio acoberta a atuação desse verdadeiro ‘conluio’ que vem tomado de assalto o patrimônio cultural, social e ambiental do povo mineiro”, afirma Joceli Andrioli, integrante da coordenação nacional do MAB.



Foto: Arquivo MAB

ZEMA QUER LEVAR TRAGÉDIAS PARA O NORTE DE MINAS

A mineradora SAM projeta uma mega mineração na região de Grão Mogol e quer utilizar 54 milhões de m³ de água por ano numa região semiárida, isso equivale ao dobro do consumo de toda a cidade de Montes Claros-MG em um ano. Para levar a matéria prima bruta para a China, querem construir um mineroduto que leve o minério e também a nossa água até o porto de Ilhéus, na Bahia. Além disso, o projeto prevê a construção de duas barragens de rejeitos que somam 1,118 bilhão de m³, a maior do Brasil.

A barragem de Fundão, em Mariana, continha 54 milhões de metros cúbicos e matou 21 pessoas em todo o Rio Doce, chegando até o mar, no litoral do Espírito

Santo. A SAM tentou licenciar o projeto no IBAMA e teve dois indeferimentos, pois o projeto é altamente insustentável. Agora, a SAM fragmentou o projeto e quer licenciar a mina através do Governo de Minas, pela SUPPRI/SEMAD, a mesma que deu parecer favorável para a mina do Córrego do Feijão operar, que causou o crime da Vale em Brumadinho, deixando quase 300 mortos. A SAM tenta licenciar o mineroduto, que já teve licenciamento barrado pelo IBAMA, através da empresa Lotus, também controlada pela SAM.

Caso o projeto seja aprovado, serão totalmente destruídas, pelo menos, 11 comunidades tradicionais Geraizeiras em Grão Mogol, mas os impactos serão

sentidos ao longo de toda bacia do Rio Jequitinhonha e do Rio Pardo, caso consigam aprovar a operação da mina e do mineroduto. Cidades e municípios da região já convivem com o racionamento de água nos períodos de seca, vamos entregar a água, a nossa maior riqueza, nas mãos de quem só visa o lucro e deixa a destruição?

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o segundo mandato de Romeu Zema, que atuou inteiramente alinhado ao projeto fascista de Jair Bolsonaro, exigirá das forças de esquerda em Minas Gerais reorganização, unidade, capacidade de mobilização e qualificação da análise, aproveitando o novo contexto nacional, com uma extrema direita altamente organizada, mas um governo federal eleito que nos abre possibilidades de conquistas e avanços sociais.

“E é preciso trazer para esta construção todas as organizações que discutem a questão ambiental de forma localizada nas pautas locais e regionais para um processo mais amplo de luta, levando para o centro do debate os extremos climáticos e seus efeitos nas zonas rurais e urbanas, inviabilizando a vida de milhões de pessoas, bem como os danos da mineração, que continua matando em Minas Gerais e espalhando medo e insegurança. É uma qualidade nova de enfrentamento que passa por uma oposição séria ao governo Zema e a construção de propostas e soluções que atraia o povo mineiro para um novo projeto”, comenta Thiago Alves, integrante da coordenação do Movimento.

“

A população mineira sabe e se preocupa com a atual situação do estado. Ambientalmente, queremos salvar e preservar nossas Serras, Rios, Matas, Aguas e Fauna da exploração predatória deste modelo de mineração que tem passe livre no governo de Romeu Zema. Socialmente, nós nos preocupamos com nossa segurança. Queremos impedir que a mineração arranke de suas famílias a vida dos trabalhadores mineiros; queremos que nossa população possa trabalhar e se alimentar da própria terra e tenha água em abundância; que não adoeça por contaminação de lama tóxica nem superbactérias; queremos ser reparados de forma justa e integral. Zema representa a morte e destruição das Minas e das Gerais, portanto não nos representa”,

conclui Sônia Mara, integrante do MAB.



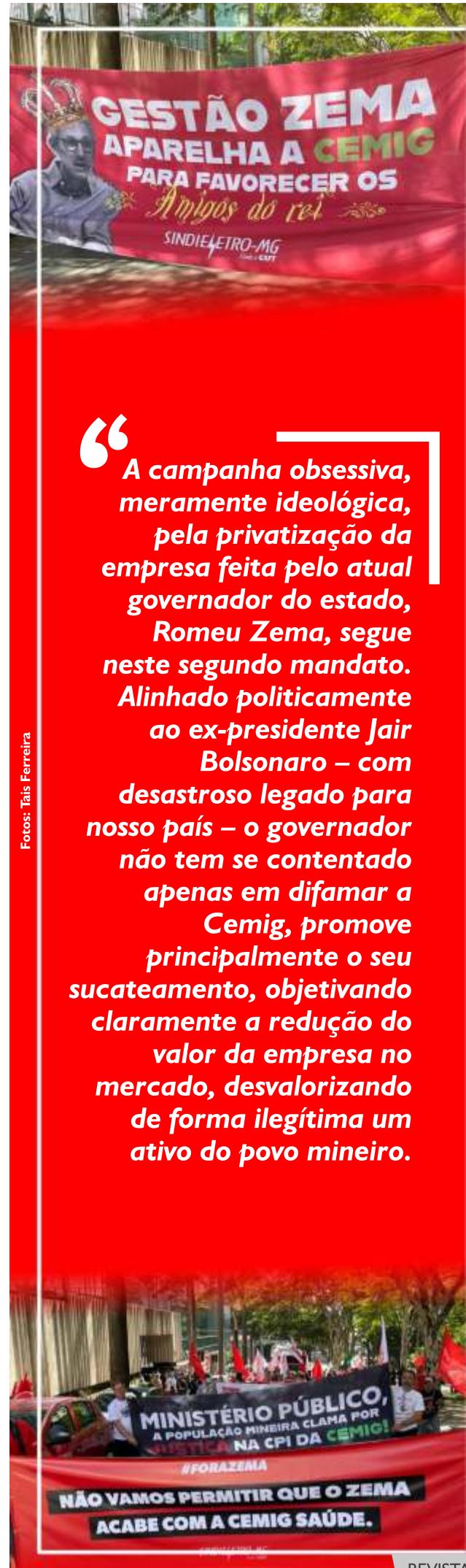
Fotos: Arquivo MAB

“

E é preciso trazer para esta construção todas as organizações que discutem a questão ambiental de forma localizada nas pautas locais e regionais para um processo mais amplo de luta...

comenta Thiago Alves, integrante da coordenação do Movimento.





Fotos: Tais Ferreira

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO - CEMIG

Na gestão Zema aumenta insatisfação do consumidor

Por SENGE/MG – Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais

Atualmente, no mundo, a discussão sobre a energia e a sua importância para a produção industrial e para a vida das pessoas é cada vez mais relevante.

No Brasil, este debate envolve diretamente o setor elétrico, que foi pensado como força motriz para o desenvolvimento da produção industrial e da vida cotidiana. Em síntese, energia é produção de riqueza.

Em Minas Gerais, a Cemig faz parte deste setor elétrico e foi fundada em 22 de maio de 1952, por Juscelino Kubitschek, então governador do Estado, levado pela necessidade de industrialização.

A Cemig foi criada oferecendo aos mineiros de todo Estado um serviço de qualidade, tanto no que concerne à produção de energia para o setor industrial, quanto para a população que receberia direta e indiretamente seus ganhos. A excelência técnica marcou a Empresa desde a sua fundação.

O modelo do setor elétrico brasileiro tem características específicas, considerando a matriz energética principal baseada em hidrelétricas. O sistema elétrico brasileiro tem característica cooperativa, pelo seu modelo otimizado de interligação em quase todo o território nacional.

Trata-se de um sistema de alta complexidade em suas atividades de desenvolvimento, planejamento, operação, manutenção e segurança. Este fato exige profissionais tecnicamente qualificados em todas as áreas de atividades.

Na Cemig, há alguns anos, estas prioridades têm sido paulatinamente abandonadas, tendo como resultado, a terceirização de serviços em áreas de atividades fins da empresa. Este fato tem levado à descontinuidade de atividades, recomeços e retrabalhos com elevação de custos e precarização do trabalho em áreas de alta complexidade. A redução no quadro próprio sem o devido planejamento impede o repasse de conhecimento, com cruéis casos de assédios pessoais e profissionais.

A contratação terceirizada de equipes de manutenção e operação ligadas diretamente ao atendimento aos consumidores tem sido feita através de empresas de pequeno e médio portes – as empreiteiras – que se organizam para oferecer estes serviços. Os custos para a empresa não são reduzidos. As contratações com baixos salários e formação precária de seus profissionais levam à precarização no atendimento

e riscos de segurança para os trabalhadores. O ônus desta prática recai sobre os trabalhadores e a população através da piora na qualidade de atendimento.

A campanha obsessiva, meramente ideológica, pela privatização da empresa feita pelo atual governador do estado, Romeu Zema, segue neste segundo mandato. Alinhado politicamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro – com desastroso legado para nosso país – o governador não tem se contentado apenas em difamar a Cemig, promove principalmente o seu sucateamento, objetivando claramente a redução do valor da empresa no mercado, desvalorizando de forma ilegítima um ativo do povo mineiro.

Adicionalmente, a gestão da empresa tem sido exercida de forma autoritária com seus executivos e demais trabalhadores, com ameaças, demissões injustificadas e uma vigilância abusiva nas rotinas de trabalho.

O Partido Novo do governador ZEMA, trouxe executivos de fora de Minas Gerais para ocupar cargos antes exercidos pelo pessoal de carreira.

Neste ponto, a contratação de executivos pelo governo ZEMA merece especial atenção. As conclusões obtidas com a CPI da Cemig registraram muitas irregularidades em contratações na empresa, burlando a legislação, privilegiando grupos, demonstrações claras de uma gestão temerária. Estes dados estão na “gaveta” do Ministério Público que nada faz para apurar os fatos.

No que se refere ao relacionamento com os sindicatos representantes dos trabalhadores, também o estilo autoritário é a característica principal, atuando para reduzir ou impedir qualquer que seja a garantia de direito para o trabalhador.

Na outra ponta, a do consumidor, os resultados da privatização não são menos alarmantes. O resultado da privatização sobre a tarifa de energia será desastroso. A tarifa é obtida com cálculos que são baseados na composição dos custos dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, cada uma dessas etapas de fornecimento com suas regulações específicas.

Aos valores registrados de consumo são acrescidos os encargos setoriais e tributos.

Com a privatização da Cemig, o impacto mais imediato para o povo mineiro será mesmo o **aumento da tarifa**. Somente com a recente privatização da Eletrobrás as estimativas de aumento sobre as tarifas variaram de 5% a 18% ao ano.

Diante da prática recorrente nas privatizações, de demissão de pessoal próprio da empresa (mais qualificado, mais experiente) e contratação de empreiteiras (com pessoal terceirizado sabidamente menos capacitado), outro impacto importante será o expressivo **aumento do nível das perdas comerciais**, com o incremento dos furtos de energia elétrica (“gatos”), sendo este mais uma das causas do aumento da tarifa.

Ao contrário do que se propagandeia com estas medidas, os custos para a empresa não são reduzidos. As contratações com baixos salários de seus profissionais levam à precarização no atendimento e riscos de segurança para os trabalhadores. O ônus desta prática, além de comprometer a qualidade na prestação dos serviços objeto da concessão pública, recai sobre os trabalhadores e consumidores com a piora na qualidade de fornecimento, de atendimento e o aumento de tarifas.

A atual gestão persegue empregados, descumpe contratos e acordos realizados com os Planos de Previdência e de saúde dos empregados e empregados, comprometendo fortemente a sustentabilidade destes planos, não levando em consideração que estes planos são muito antigos, sempre fizeram parte da política de atratividade e de retenção de mão-de-obra da empresa. O ataque a direitos historicamente conquistados e o descumprimento de compromissos e contratos são constantes.

A tarifa de energia é resultado de uma composição dos custos dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, cada uma dessas

ELETRICITÁRIOS PROTESTAM NA PRAÇA DA ESTAÇÃO CONTRA O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG DO GOVERNADOR ROMEU ZEMA



Fotos: Tais Ferreira

ELETRICITÁRIOS E ELETRICITÁRIAS SAEM EM PASSEATA PELAS RUAS DE BH CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG



etapas de fornecimento com suas regulações específicas. Estes valores são explicitados nas contas de energia entregue aos consumidores. Aos valores registrados de consumo, é acrescido o valor do tributo, coletado na fatura de energia e encaminhado aos cofres do governo. Este valor do tributo é diferenciado para cada estado da federação.

A regulação e fiscalização do setor elétrico é realizada pela agência reguladora ANEEL, a qual também tem o espaço de ouvidoria. Esta agência regula e controla os indicadores de qualidade das concessionárias e estabelece o cálculo das tarifas de cada segmento.

Os indicadores de qualidade e a metodologia de cálculo das tarifas não são de fácil compreensão para a população. A percepção de qualidade e tarifa acontecem pela quantidade de interrupções do fornecimento e a tarifa no orçamento das famílias.

A garantia de universalização dos serviços de eletricidade, atualmente são descumpridos com excessivas demoras no atendimento. E, para estas demoras, não existe obrigação de cumprir as demandas.

Em áreas mais distantes dos grandes centros

urbanos, os consumidores costumam ficar várias horas ou mesmo dias sem o devido restabelecimento. Esta estratégia está aderente ao obsessivo projeto de privatização a qualquer custo e à respectiva desmontagem do quadro de pessoal da empresa.

A Cemig é responsável pela operação e manutenção de grandes barragens que armazenam grande quantidade de água para a geração de energia. O monitoramento da segurança das mesmas era feito com equipes preparadas, que foram gradualmente sendo extintas. Embora estas mesmas barragens tenham sido construídas respeitando todas as especificações técnicas e de segurança, precisam de monitoramento constante, pois são próximas a estradas, cidades, com riscos de alagamento caso aconteça qualquer problema de rompimento.

A eventual transferência para o setor privado dos principais reservatórios de água das usinas hidrelétricas de Minas Gerais, em importantes bacias, poderá representar um **grande problema para o povo mineiro quanto ao uso da água dos reservatórios** para fins recreativos, na agricultura e outros setores.

REGISTRO DE ALGUNS DADOS QUE EVIDENCIAM A INTENÇÃO DE SUCATEAMENTO DA EMPRESA.

RECLAMAÇÕES REGISTRADAS NA ANEEL:

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3536	3650	5350	9841	8916	9768	9586	8929	13924	13810	14539

“ A atual gestão persegue empregados, descumpe contratos e acordos realizados com os Planos de Previdência e de saúde dos empregados e ex-empregados, comprometendo fortemente a sustentabilidade destes planos, não levando em consideração que estes planos são muito antigos, sempre fizeram parte da política de atratividade e de retenção de mão de obra da empresa.



Foto: Luiz Rocha - Sind-UTE/MG

ÍNDICE QUE MEDE A SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR – IASC

2016	2017	2018	2019	2020	2021
64,04	65,75	68,41	70,58	58,9	52,67

O TAMANHO DA CEMIG

A Cemig, na área de geração, ocupa a terceira posição, com 89 usinas em operação, por meio de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, com capacidade instalada de 5,9 GW.

Na área de transmissão, por meio de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, opera uma rede de mais de 10.000 km.

A Cemig Distribuição é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em extensão de rede, atendendo 9 milhões de consumidores em 774 municípios no estado de Minas Gerais, em um total de 566.434 km (dados de 2021).

Os números são extraídos da divulgação de resultados do terceiro trimestre 2022:

Número de usinas 100% Cemig – 17

Número de usinas totais incluindo subsidiárias integrais, controladas e coligadas – 89

Número de empregados por ramo de atuação:

Cemig Holding – 51

Cemig Geração e transmissão – 1195

Cemig distribuição – 5035

Número de pessoas terceirizadas - 20.780

**PARA RESUMIR, SEGUEM REGISTRADAS
10 (DEZ) DAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS
PARA O POVO MINEIRO CASO A PRIVATIZAÇÃO
DA CEMIG VENHA DE FATO OCORRER:**

01 Precarização do trabalho qualificado, do ponto de vista técnico e de segurança, levando à piora na prestação de serviços.

02 Perda de autonomia do Estado no desenvolvimento econômico e tecnológico regional com redução de sua capacidade de interferir proativamente na ampliação do parque industrial e nas áreas de serviços do Estado.

03 Aumentos das tarifas de energia elétrica;

04 A prioridade absoluta na obtenção de lucros, leva também ao aumento de consumos irregulares – os famosos “gatos”, forma com que a população encontra de ter acesso aos serviços.

05 Menor previsibilidade dos preços da energia elétrica.

06 Disputa pelo uso e controle da água dos reservatórios, um grande problema para o povo mineiro.



Fotos: Arquivo SINDILETRO-MG

“A garantia de universalização dos serviços de eletricidade, atualmente, são descumpridos com excessivas demoras no atendimento. E, para estas demoras, não existe obrigação de cumprir.



07 Diminuição dos investimentos no Estado, com as empresas priorizando compra de bens e serviços em seus locais de origem, que provavelmente serão no exterior.

08 Apagões devido à escassez de investimentos e comprometimento da universalização do atendimento.

09 O Estado deixará de contar com antecipações de receitas tributárias.

10 Prejuízo ao erário público, dentre outros motivos, também em função de erro grave na avaliação do valor da empresa.

Impacto da privatização no aumento das tarifas de energia: (...) aumento da conta de energia, desde 1995, muito acima da inflação apurada pelo IBGE 10. Este aumento penalizou sobretudo os mais pobres, conforme se constata a partir da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)11. De 1995 a 2019, enquanto a inflação subiu 458,28%, a inflação da energia elétrica residencial, apurada pelo mesmo indicador, subiu 1.020,09%. O gasto com energia elétrica, que comprometia, em média, 1,3% do orçamento das famílias em 1995, passou a representar 5,08% do gasto mensal em 2020. (Fonte: Privatização da Eletrobras: risco para a soberania energética do país – DIEESE, Nota Técnica nº 258, de 27 de maio de 2021).

SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES NO PAÍS

De fato, não foi verificada, ainda, nenhuma vantagem factível para o País em suas centenas de privatizações.

PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS

Nas privatizações na Petrobras, por exemplo, o que se viu foi a prática de preços superiores dos insumos da refinaria privatizada quando comparados com os das refinarias estatais, ou seja, privatizou e aumentou o preço dos produtos para os brasileiros. Fato amplamente noticiado pela imprensa segundo Jornal “O Globo” de 10 de março de 2022: “Privatizada, refinaria na Bahia vende combustíveis 6,4% mais caros que a Petrobras”. Além de praticar preços superiores, esta refinaria privatizada deu prioridade à exportação em detrimento do mercado interno: “Refinaria privatizada decide exportar e deixa navios sem combustível na Bahia”, matéria publicada em “Brasil de Fato”, em 10 de fevereiro de 2022.

PRIVATIZAÇÃO DA VALE

A privatização da Vale, que não pode mais ter no seu nome o Rio Doce, deixa como legado de sua privatização lama, sangue e mortes, já realizadas em dois crimes nas cidades de Mariana e Brumadinho, e outras tantas ameaças em cidades que correm riscos semelhantes.

ALERTA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A Associação de Empregados da Eletrobras - AEEL alerta que o rombo bilionário das Americanas pode se repetir na Eletrobras.

A Companhia tem como maior acionista preferencialista a 3G, de Beto Sicupira, Marcel Telles e Jorge Paulo Lemann, responsáveis por esconder fraude contábil de R\$ 20 bi nas Americanas.

“A 3G, que quebrou a Kraft-Heinz, e agora as Lojas Americanas, não pode gerir a maior empresa de energia elétrica da América Latina. Vamos denunciar nas redes a péssima atuação do grupo 3G e mudar o destino da Eletrobras”, denuncia a AEEL.

“

Nas privatizações na Petrobras, por exemplo, o que se viu foi a prática de preços superiores dos insumos da refinaria privatizada quando comparados com os das refinarias estatais, ou seja, privatizou e aumentou o preço dos produtos para os brasileiros.

Foto: Lidyane Ponciano/CUT-MG







*Rua Pedro de Carvalho Mendes, 70
Colégio Batista, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.110-100*